



Universidade
Tuiuti do
Paraná

A SUA UNIVERSIDADE

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

MESTRADO EM PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE

SYNARA SEPÚLVEDA SALES

ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO FORENSE DE
ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

CURITIBA/PR

2016

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE

SYNARA SEPÚLVEDA SALES

Elaboração do Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Acolhimento
Institucional

Defesa da Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito
necessário para defesa de Dissertação para obtenção
do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Forense

Orientação: Dr^a. Giovana V. Munhoz da Rocha

CURITIBA/PR

2016

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S163 Sales, Synara Sepúlveda.

Elaboração do protocolo para avaliação forense de
adolescentes em acolhimento institucional/ Synara Sepúlveda
Sales; orientadora Prof^a dr^a Giovana V. Munhoz da Rocha.
120f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná
Curitiba, 2016

1. Adolescentes. 2. Comportamento antissocial.
3. Avaliação forense. 4. Acolhimento institucional.
I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
em Psicologia/ Mestrado em Psicologia. II. Título.

CDD – 155.5

Nome: Synara Sepúlveda Sales

Titulo: Elaboração do Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Acolhimento Institucional

Defesa da Dissertação de Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do Titulo de Mestre em Psicologia Forense.

Aprovado (a) em: / /

Banca examinadora

Professora Orientadora Doutora Giovana Veloso Munhoz da Rocha

Instituição: Universidade Tuiuti do Paraná

Assinatura

Professor: Doutor Alex Eduardo Gallo

Instituição: Universidade Estadual de Londrina

Assinatura_____

Professora: Doutora Ana Carolina Braz

Instituição: Universidade Federal de São Carlos

Assinatura_____

Sales, S. S. (2015). *Elaboração do Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Acolhimento Institucional*. Exame de Defesa da Dissertação do Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo elaborar um protocolo de avaliação forense para um grupo de adolescentes no momento de recepção do acolhimento institucional, a fim de proporcionar o encaminhamento para intervenções personalizadas, bem como a caracterização da amostra quanto a investigação, viabilidade e aplicabilidade do protocolo. O protocolo foi constituído por instrumentos que permitem caracterizar o adolescente e indicar as ações apropriadas que serão ofertadas ao jovem durante o acolhimento. Os instrumentos utilizados foram: Inventário de Estilos Parentais (IEP, Gomide 2006), respondido pelos adolescentes sobre as práticas maternas e paternas quando houvesse; o Youth Self-Report (YSR) Inventário de Autoavaliação para Adolescentes, um instrumento do Sistema de Avaliação de Base Empírica (ASEBA, Achenbach & Rescola, 2001) preenchido pelo próprio adolescente; Teste de Desempenho Escolar (TDE, Stein, 2011) e uma entrevista semiestruturada sobre atividades laborais, desenvolvida para esta pesquisa, tais instrumentos compõem o protocolo de avaliação forense. Os instrumentos foram respondidos por sete adolescentes do sexo masculino com idades entre 12 e 17 anos. Os dados analisados por meio do IEP (maternos e paternos) apontaram que todas as práticas eram de risco ou abaixo da média. Os escores fornecidos pelo YSR nas categorias Competências, Problemas Internalizantes e Problemas Externalizantes para os adolescentes mostrou que cinco participantes apresentaram problemas externalizantes clínicos como transtorno de conduta, comportamento de quebrar regras, caracterizados como comportamentos antissociais, dois dos participantes apresentaram problemas internalizantes clínicos relacionados à depressão/retraimento, ansiedade e transtornos de humor. Os sete adolescentes obtiveram resultados abaixo da média no TDE para a idade e a série cursada, demonstrando dificuldades na escrita e aritmética, dois adolescentes obtiveram resultados superiores para leitura. Obteve-se como resultado da entrevista semiestruturada que os jovens não possuíam planejamento do futuro e as práticas de atividades laborais eram desvinculadas da aprendizagem para o desenvolvimento do perfil profissional. Foram realizados quatro atendimentos com os participantes para aplicação dos instrumentos de forma individualizada, utilizando-se em média seis horas para cada participante. Por meio desse protocolo foi analisado as peculiaridades da história de vida de cada adolescente, tais como fatores de risco, práticas parentais, comportamentos antissociais, motivo do abrigamento, situação escolar, referências sociais, laborais, valores e desejos. Dessa forma foi possível perceber como estas variáveis podem influenciar os adolescentes na participação em grupos de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais.

Palavras Chaves: Adolescentes, Comportamento Antissocial, Avaliação Forense, Acolhimento Institucional.

Sales, S. S. (2015). *Protocol for Forensic Assessment Adolescents in institutional care*. Exame de Defesa da Dissertação do Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

ABSTRACT

This study aimed to develop a forensic available protocol for a group of adolescents at the time of receipt of institutional care, to provide routing for customized interventions as well as the characterization of the sample for research, feasibility and applicability of the protocol. The protocol consisted of instruments to characterize adolescents and indicate the appropriate actions that will be offered to the young during the reception. The instruments used were: *Parenting Styles* Inventory (IEP Gomide 2006), answered for the teenagers on the maternal and paternal practices when there; the *Youth Self-Report* (YSR) Inventory Self Assessment for Teens, an instrument of Empirical Base Evaluation System (ASEBA, Achenbach & Rescola, 2001) completed by the adolescent; School Performance Test (TDE, Stein, 2011) and a semi-structured interview about work activities developed for this research, these instruments comprise the forensic evaluation protocol. The instruments were answered by seven male adolescents aged 12 to 17. This data were analyzed by the IEP (maternal and paternal) pointed out that all practices were risk or below average. The scores provided by YSR in the categories Competence, Internalizing Problems and Problems Externalizing for teens showed that five participants had clinical externalizing problems such as conduct disorder, behavior of breaking rules, characterized as antisocial behavior, two of the participants had clinical internalizing problems related to depression / withdrawal, anxiety and mood disorders. The seven teenagers had results below average in TDE for age and grade level, demonstrating difficulties in writing and arithmetic, two teenagers achieved superior results for reading. Was obtained as a result of the semi-structured interview that young people had no future planning and labor activity practices were disconnected from the learning to the development of the professional profile. Four meetings were held with participants to implement the instruments individually, using an average of six hours for each participant. Through this protocol was analyzed the peculiarities of the life history of each adolescent, such as risk factors, parenting, antisocial behavior, institutionalization of reason, school situation, social references, labor, values, desires and above all their potential. It was possible to see how these variables can influence of the participation in risk groups for the development of antisocial behavior in teenagers.

Key Words: *Adolescents, Behavior Anti social, Forensic Assessment, Institutional accommodation.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, que na sua grande sabedoria, colocou pessoas tão especiais no meu caminho, sem as quais certamente eu não teria chegado tão longe! Obrigada meu Deus por permitir minha evolução.

Agradeço meus pais Paulo César e Francisca Sepúlveda, que me ensinaram a ousar, a questionar e não simplesmente aceitar as coisas como elas são. Permitiram meus voos mais altos em busca dos sonhos mais ousados. São exemplos de tudo o que há de mais belo e autêntico. Sem vocês nada em momento algum seria possível. Amo muito vocês.

Aos meus irmãos Teresinha Sepúlveda e Paulo César Júnior pela alegria de compartilhar a vida e me ensinarem tanto. Sinto orgulho de fazer parte dessa família linda e vencedora! Vocês são o melhor de mim!

Ao meu namorado, Rogério, por ser tão importante na minha vida. Sempre ao meu lado, fortalecendo-me, permitindo que eu acredite que posso mais que imagino. Meu exemplo de persistência, compreensão, alegria e amor. Obrigada por estar aqui.

A minha querida orientadora Giovana Munhoz da Rocha, por acreditar no meu potencial de uma forma que eu não acreditava ser capaz de corresponder. Sempre disponível e disposta a ajudar, tornou-se exemplo de competência, sabedoria e amizade. Você sempre será referência profissional e pessoal ao meu crescimento. Obrigada por acreditar tanto em mim!

A minha coordenadora, Gabriele Wendell, do CAPS Ad Cajuru, pela disponibilidade sempre. Por acreditar no meu trabalho e incentivo nos momentos mais difíceis. Admiro sua garra e dedicação, tenho aprendido diariamente com você.

As minhas amigas do mestrado e de Curitiba, pelos momentos divididos juntas, e que se tornaram verdadeiras amigas, deixando mais tranquila essa trajetória. À equipe técnica do CAPS Ad Cajuru que sempre estiveram na torcida na realização desse sonho. Minhas amigas, vocês são fundamentais para minha vida, sou bem mais feliz com vocês por perto. Obrigada pela cumplicidade.

A minha família e amigos do Piauí por aceitarem minha ausência para que eu realizasse mais um grande sonho.

Agradeço aos diversos pacientes/clientes que convivo diariamente. Dividir suas vidas me fortalece e ajuda a ter diferentes olhares sobre a Psicologia, ajudando-me a ser uma profissional melhor. Aprendo muito com vocês.

Fico completamente envolvida por um enorme sentimento: gratidão.

Obrigada a todos!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Idade dos adolescentes..... 39

Tabela 2

IEP Materno..... 53

Tabela

IEP Paterno..... 54

Tabela 4

Resultados YSR dos participantes..... 55

Tabela 5

Resultado em Escrita do TDE..... 57

Tabela 6

Resultado em Aritmética do TDE..... 58

Tabela 7

Resultado em Leitura do TDE..... 58

Tabela 8

Data e tempo de aplicação dos instrumentos do protocolo..... 60

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A. Roteiro de Entrevista Semiestruturada.

ANEXO B. Carta de Autorização da Pesquisa.

ANEXO C. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

SUMÁRIO

Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Situação de Risco.....	09
Revisão de Literatura.....	17
Acolhimento Institucional.....	17
Adolescentes em situação de risco	23
Comportamento Antissocial	24
As práticas educativas parentais e o comportamento antissocial em adolescentes no acolhimento institucional.....	30
Avaliação Forense.....	34
Objetivos.....	38
Objetivo Geral.....	38
Objetivos Específicos.....	38
Método	39
Delineamento de Pesquisa.....	39
Participantes	39
Local.....	43
Instrumentos.....	43
Procedimento.....	49
Análise de dados.....	50
Resultados.....	52
Discussão	62
Considerações Finais	90

Introdução

Diariamente crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social são levados para instituições de acolhimento. O procedimento de avaliação no momento de sua chegada, levando em conta sua condição de indivíduos em desenvolvimento, o contexto sociocultural ao qual pertencem, bem como suas características psicológicas e comportamentais devem ser objeto de estudos no âmbito da avaliação forense (Lopes, 2013).

Segundo Bartol e Bartol (2008) fatores familiares e situacionais como: ser vítima de maus tratos, de abuso físico e psicológico, ser filho de pais ausentes, falta de competência parental, ter irmãos com problemas de conduta, fácil acesso às armas e às substâncias psicoativas, ter histórico de comportamentos delituosos, histórico de evasão escolar e baixo desempenho acadêmico faz com que o jovem esteja em um grupo de risco e vulnerabilidade para o desenvolvimento de comportamentos violentos.

A definição sobre vulnerabilidade remete à ideia de fragilidade e de dependência, principalmente tratando-se de crianças e adolescentes de baixo nível socioeconômico. Devido à fragilidade e dependência dos mais velhos, esse público torna-se muito dependente do ambiente físico e social em que se encontra. Segundo Fonseca (2013) em determinadas situações, o estado de vulnerabilidade pode afetar a saúde, mesmo na ausência de doença, mas abalando o estado psicológico, social ou mental das crianças e dos adolescentes.

Para o enfrentamento desses problemas, em 1990 o Governo instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, definindo as crianças e os adolescentes como sujeitos de direito, visando garantir proteção integral. Conforme o artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, p.9).

A violência tem sido considerada um problema de saúde e fator de risco para o desenvolvimento, sobretudo em crianças e adolescentes. Para Minayo e Souza (1998), a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual, sendo um fenômeno pluricausal. Segundo Siqueira (2012) a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente não tem uma causa única. Diversos aspectos como: características da criança, brigas conjugais, ausência de rede de apoio da família, pobreza, desemprego, violência sofrida pelos pais na infância, castigo corporal como forma de educação, entre outros têm sido encontrados nas famílias com violência intrafamiliar.

Dentre essas práticas de violência cita-se a negligência infantil, que é a forma mais recorrente entre os maus-tratos contra a criança e o adolescente esta passou a ser investigada, pois há relação entre o abandono e os serviços de proteção e acolhimento institucional. De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (2013) apurou-se que os principais motivos para o acolhimento institucional, citados por ocasião das inspeções foram em ordem de ocorrência: negligência dos pais e/ou responsável, mais de 80%; dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável, mais de 80%; abandono dos pais e/ou responsável, em torno de 77%; violência doméstica, próximo a 60% e abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável em torno de 45%. Os maus-tratos às crianças causam grande impacto não somente para as vítimas, mas para a sociedade. Segundo Pasian (2012), tais podem conduzir a um apego inseguro da criança com a pessoa que lhe cuida, produzindo sequelas socioafetivas negativas dentro de diversos domínios do desenvolvimento.

A questão jurídica e social, relacionada aos maus-tratos e vários tipos de violência praticada contra a criança/adolescente, passa a ser abordada na Constituição Federal (Brasil, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Dessa forma os maus-tratos contra a criança passaram a merecer maior atenção no final dos anos 80, quando o

problema foi abordado para tornar obrigatória a notificação de casos de maus-tratos conhecidos, suspeitos ou confirmados (artigo 13º do ECA). A negligencia foi definida como "omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicá-los, educá-los e evitar acidentes" (Brasil, 1993, p. 14).

O ECA assegurou, ainda, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (artigo 19). Em conformidade com as disposições do ECA, deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade. Dessa forma a avaliação forense tem um papel fundamental na avaliação de crianças e jovens vítimas de maus tratos, uma vez que auxiliam na tomada de decisão judicial, na tentativa de proteger e garantir o bem-estar da criança avaliada. Um dos principais objetivos da avaliação forense seria a proteção da vítima (Pinheiro & Guerra, 2010).

Na realidade brasileira, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, a primeira resposta à qual durante muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (Conselho Nacional do Ministério Público, 2011). Quando o afastamento for medida mais adequada para se garantir a proteção da criança e do adolescente em determinado momento, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro à família, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (adoção, guarda e tutela), conforme Capítulo III, Seção III do ECA. Para garantir a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, o Art.130, estabelece que, nos casos de violência praticada por familiar ou responsável com o qual a criança ou adolescente resida, a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum.

Segundo Silva e Rossetti-Ferreira (2002) as condições emocionais, a resiliência e as características do entorno próximo, seriam fatores peculiares a cada indivíduo, definindo a maneira particular de enfrentar situações-problema. Os problemas de comportamento do adolescente surgem associados ao seu meio social. Dessa forma a conduta antissocial pode surgir na infância, a partir das interações sociais estabelecidas entre a criança e seu meio, especialmente com os familiares, e está sujeita a modificações, devido tanto ao desenvolvimento da criança quanto ao surgimento de novas demandas do ambiente no qual está inserida (Patterson, Reid & Dishion, 2002). Muitos adolescentes que apresentam comportamentos antissociais seriam aqueles destituídos rede de apoio, de família que monita, supervisiona e disciplina e de recursos sociais e emocionais (Silva, Farias, Silvares & Arantes, 2008).

O estudo de Abranches e Assis (2011) verificou que crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar por parte de pessoas significativas (pais ou cuidadores) tornam-se mais vulneráveis a sofrer violência em ambientes extrafamiliares, como escola e comunidade. A violência doméstica seria o tipo de maus-tratos mais frequente contra a criança e adolescente. Segundo Reppold, Pacheco e Hutz (2005) dentre as práticas que comprometem o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, a violência doméstica e todos os tipos de coerção utilizados, a pouca interação familiar e a negligência são fatores que contribuem para a manifestação de problemas psicológicos e de comportamento, tais como a agressividade. Percebe-se haver efeito recíproco entre a prática parental coercitiva e o comportamento antissocial (Patterson, 1989). Dessa forma os processos de coerção estão associados aos comportamentos agressivos tais como a punição, e pode acarretar inúmeros prejuízos ao desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. Para Dessen (2007) a pouca interação familiar e a negligência são fatores que contribuem para a manifestação de problemas psicológicos e de comportamento como a agressividade.

Na área forense há a psicologia aplicada aos programas de prevenção que visa prevenir o desenvolvimento do comportamento antissocial identificando-o precocemente e intervindo nas causas geradoras do problema. Estas ações deverão ser realizadas em escolas, creches, maternidades, postos de saúde, abrigos, enfim, em todas as instituições que atendem a população onde o comportamento de risco poderá ser identificado. A identificação precoce do comportamento antissocial na escola levará uma mudança do percurso do desenvolvimento do comportamento infrator e agressivo. É possível intervenções tanto para as crianças como para os pais e professores e forma a minorar os efeitos do comportamento indesejado. Instrumentos apropriados para avaliação de comportamentos de risco das práticas parentais (Inventário de Estilos Parentais – IEP, Gomide, 2006) e de comportamento antissocial infantil, adolescentes e adultos (Achenbach & Rescola, 2001) ajudam na definição do grau e das características do comportamento problema e indicam os melhores programas a serem realizados (Gomide, 2016).

Ao longo do tempo, as estratégias de avaliação foram aprimoradas e a construção de novos instrumentos possibilitou ampliar as perspectivas de investigação psicológica. O processo de avaliação é dinâmico, permitindo que o avaliador reúna o máximo de informações relevante sobre uma pessoa, observando competências e limitações, de modo que possa relatá-las de forma objetiva (Rocha, Santos & Serafim 2016). Os protocolos de avaliação forense se destacam como um recurso útil, uma vez que podem auxiliar na obtenção dos elementos necessários para o planejamento e o desenvolvimento de intervenções, intensificando o atendimento dos adolescentes, pois levam em consideração suas características.

A elaboração e aplicação de um protocolo de avaliação para adolescentes em situação de risco poderá proporcionar uma avaliação psicológica personalizada, com o objetivo de conhecer o perfil desses adolescentes. Um dos instrumentos que fez parte do protocolo

proposto foi o Inventário de Estilos Parentais (IEP – Gomide 2006) que analisa as práticas educativas parentais (positivas ou negativas) que são utilizados pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento de seus filhos, constituindo assim os estilos parentais (Gomide, 2006), sendo definidas como estratégias específicas utilizadas pelos pais em diferentes contextos (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz 2002). Tais práticas podem desenvolver tanto comportamentos prossociais, quanto antissociais, dependendo da frequência e intensidade com que o casal, tutor ou responsável às utiliza.

Segundo Bolsoni-Silva e Del Prette (2003) os problemas de comportamento são excessos ou déficits comportamentais que dificultam o acesso da criança às novas contingências relevantes de aprendizagem, promotoras do desenvolvimento infantil. Eles são classificados em dois grandes grupos: os comportamentos externalizantes e os internalizantes, tais comportamentos foram analisados por meio do inventário Youth Self Report - YSR (Achenbach & Rescola, 2001). Os comportamentos externalizantes são aqueles que se expressam em relação às outras pessoas. Segundo Achenbach e Howell, (1993) referem-se a comportamentos como dificuldade em controlar impulsos, hiperatividade, agressividade e presença de raiva e delinquência, relacionados ao transtorno da conduta e ao transtorno desafiador opositivo. Os transtornos internalizantes são os que se expressam em relação ao próprio indivíduo, relacionados à tristeza, retraimento, queixas somáticas e medo, são associados aos transtornos de humor (depressão) e ansiedade (Achenbach & Howell, 1993). Tais comportamentos foram analisados utilizando um instrumento de triagem que permite realizar um levantamento sobre a ocorrência de problemas na população juvenil do ponto de vista dos próprios adolescentes.

Outro instrumento que fez parte do protocolo foi o Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 2011) com a finalidade de avaliar fatores potenciais de risco relacionados ao desempenho acadêmico e o ajustamento ao ambiente escolar. O TDE é um instrumento

psicométrico de aplicação individual que avalia de forma ampla as capacidades fundamentais para o desempenho escolar em três áreas específicas: leitura com o reconhecimento de palavras isoladas do contexto, escrita, sendo a escrita do nome próprio e de palavras contextualizadas, apresentadas sob a forma de ditado e aritmética que seria a solução oral de problemas e cálculo de operações aritméticas por escrito (Knijnik et al., 2013).

Uma entrevista semiestruturada foi elaborada para integrar o protocolo, buscando analisar a relação entre as possíveis atividades laborais realizadas e expectativas de futuros trabalhos, além da possibilidade de aprendizagem de habilidades para executá-los. Há aspectos positivos e benéficos da entrada do adolescente na força de trabalho, o que favorece seu crescimento como pessoa ou cidadão, incorporando sentimentos de autoestima e realização à sua personalidade, desde que compatível e equilibrado com seu potencial energético segundo Forastieri (2002). O trabalho realizado pode contribuir segundo Martins et al. (2002) para a formação da personalidade, o aumento de sua autoestima e de seu senso de responsabilidade, além de oferecer-lhe oportunidade de aquisição de qualificação para o início da carreira profissional. Repercussões positivas, sob a ótica do adolescente, constituem-se no desenvolvimento de habilidades de relacionamento interpessoal e de comunicação para o seu desenvolvimento pessoal, intelectual, físico, na ocupação do tempo, independência, liberdade, na ajuda à família e nas melhorias das condições de vida (Silveira, 2008).

Importante citar que em circunstâncias especiais, admite-se ainda o trabalho para aqueles com idade entre 14 e 16 anos, porém, na condição de aprendizes, inseridos em um programa de formação técnico profissional, ministrado, conforme as diretrizes e bases da legislação nacional (Ministério da Saúde, 2007). De acordo com o Censo (2010), 3,4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos estavam trabalhando. Há possibilidades de ingresso de jovens entre 16 e 18 anos no mercado de trabalho, com direitos trabalhistas e previdenciários assegurados.

Desta maneira após a análise dos resultados dos instrumentos do protocolo de recepção ao adolescente institucionalizado, torna-se possível realizar encaminhamentos para intervenções singulares, desenhadas de acordo com a necessidade única de cada indivíduo. Considerando a situação de fragilidade que é o acolhimento institucional, torna-se relevante valorizar esse momento. Explorando as peculiaridades de sua história de vida, fatores de risco individuais, práticas parentais, comportamentos antissociais, motivo do abrigamento, situação escolar, referências sociais, laborais, valores e desejos. A criação do protocolo possibilitará um meio estruturado de avaliação e apresentação de informações sobre os adolescentes.

REVISÃO DE LITERATURA

A Psicologia Forense é a Psicologia em interface com o Direito, desenvolvendo o trabalho em parceria com o judiciário buscando uma atuação a serviço da comunidade e respeito ao ser humano (Silva, 2003). Dessa forma, deve ser orientada à busca da verdade dos fatos, onde os profissionais atuam eticamente sem interferir em valores pessoais ou identificações teóricas divergentes, apoiando-se nas evidências científicas para o conhecimento da realidade e intervenção, baseadas em protocolos confiáveis. O psicólogo deve estar ciente da terminologia e da legislação vigente, estabelecendo objetivos de avaliação e construindo procedimentos que sejam legalmente relevantes e orientando seu trabalho aos propósitos judiciais.

A avaliação é o cerne da psicologia forense, dessa forma o profissional dessa área precisa identificar quadros psicopatológicos em suas especificidades, a fim de determinar a responsabilidade do indivíduo sobre seus atos. A avaliação e intervenção por meio de estudos científicos subdisiarão decisões apropriadas dos operadores do direito. Uma de suas funções primordiais é a de desenvolver testes psicológicos para avaliação de risco e propor e avaliar protocolos apropriados para os vários indivíduos que estão envolvidos com o Direito (Gomide, 2016).

Acolhimento Institucional

A avaliação psicológica tem o objetivo de analisar um quadro abrangente e completo do sujeito. Nunca é focada em um único aspecto, instrumento ou estratégia. Para cada caso faz-se necessário a utilização da ferramenta mais viável, desde que atenda aos objetivos e responda as questões que originaram a demanda (Rocha, Santos & Serafim 2016). Dessa forma a avaliação forense busca o bem estar da criança e do adolescente vítima de abusos e maus-tratos assegurando de maneira efetiva e interdisciplinar.

Dessa forma torna-se necessário analisar como se dá o acolhimento institucional, que anteriormente foi denominado abrigamento em entidade. É uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/90 (ECA) e aplicáveis a crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos naquela lei forem ameaçados ou violados. Segundo D'Ornellas (2014) com o advento da Nova Lei de Adoção, houve mudanças no abrigamento, que passou a ser denominado acolhimento institucional, que somente deve ocorrer em último caso, em situações nas quais as medidas protetivas mais brandas não foram eficazes. Esse período de afastamento do convívio familiar não pode ser indefinido, pois se trata de medida provisória por força da lei. Segundo a lei, crianças e adolescentes que se encontram desprotegidos devem ser acolhidos, em situação de risco, vulnerabilidade, exclusão social e que precisam de proteção, apoio e afeto. E justamente por sua condição de vulnerabilidade é que precisam de atenção especializada.

Portanto, tal procedimento deve se desenvolver a partir de atendimento singular, entendido como um espaço de cuidado, e não de segregação, em condições físicas de salubridade, segurança e educação adequadas, onde se garanta o respeito e a assistência necessária a crianças e adolescentes (Carlos et al., 2013). Há fatores de proteção e de risco encontrados em instituições de acolhimento que influenciam, direta ou indiretamente, o desenvolvimento dos indivíduos que convivem nesses locais. Segundo Poletto e Koller (2008), certas famílias possuem um ambiente físico e social pobre e caótico que a inserção da criança ou adolescente em uma instituição pode contribuir para melhor promoção da saúde física e mental; alguns desses adolescentes encontram importantes recursos para o enfrentamento das adversidades quando incluídos nesse contexto.

O acolhimento institucional, na modalidade abrigo, deve ser executado em unidade semelhante a uma residência, inserida na comunidade, em área residencial, oferecendo ambiente acolhedor (Conselho Nacional do Ministério Público, 2011). É destinada ao

atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes, sendo indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes.

Entende-se por situação de risco para crianças e adolescentes, a condição que por suas circunstâncias de vida, estão expostas a situações de violência, ao uso de drogas e a experiências relacionadas a privações que permeiam a ordem afetiva, cultural e socioeconômica desfavorecendo o pleno desenvolvimento biopsicossocial (Pessalacia Menezes & Massuia, 2010). O Estatuto de Criança e Adolescência ECA cita “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990, artigo 4º). Apesar de haver uma legislação protetora dos direitos infantojuvenis, a sociedade se depara diariamente com crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados.

Segundo a Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal (2013) a violação de direitos seria toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Dessa forma a convivência familiar é um dos direitos elencados pelo ECA, cujo artigo 19 afirma que “toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”.

Conforme Rizzini (2007), em situações que forem detectadas violações de direitos da criança ou adolescente, primeiramente deve-se iniciar o acompanhamento da família, por meio de encaminhamento da rede de proteção da criança e do adolescente. A medida de

proteção ocorre quando se esgota todas as possibilidades de apoio, os quais não forem correspondidos pela família.

A investigação e análise dos fatores de risco são aspectos que inscrevem o adolescente em uma problemática particular. Quando a família não cumpre o seu dever de proteção dos direitos, ou é a agente de violação ou violência de qualquer natureza contra suas crianças e adolescentes, ela se torna passível de ação judicial (Moreira, 2014).

Barnett (1997) enfatiza quatro fatores de risco que estão associados à ocorrência de abuso infantil crônico e negligência: pobreza, história e personalidade dos pais e habilidades dos mesmos. Outros fatores de risco ao desenvolvimento psicológico e social são: pais portadores de deficiência mental, baixa escolaridade dos pais, famílias numerosas, ausência de um dos pais, depressão materna, abuso de drogas (Maia & Williams 2005). A vulnerabilidade frequentemente implica em estressores biológicos e psicossociais segundo Haggerty Sherrod, Garmezy, e Rutteret (2000). Os fatores de risco são condições ou variáveis associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). Dentre tais fatores encontram-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo.

Todas as formas de violência são consideradas violações ao direito da criança, e, assim, o disciplinamento coercitivo pode estar na origem de muitas violações realizadas às crianças e aos adolescentes. O Projeto de Lei nº 7.672 (Brasil, 2010) que altera o ECA, determina claramente que as crianças e os adolescentes devem ser educados sem a utilização de castigo corporal ou de tratamento cruel e degradante. Em função deste princípio, o ECA no artigo 92º e 100º, estabelece a excepcionalidade e a provisoriaidade do Acolhimento

Institucional, obrigando que se assegure a “preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem”.

Quando a família estiver impossibilitada de proteger sua prole, deve haver uma investigação e um trabalho social efetivo para que tal grupo familiar, nuclear ou extenso, possa ser apoiado ou cuidado. Muitas vezes há necessidade de que tais crianças e adolescentes sejam retirados do ambiente de risco. Porém, antes de um acolhimento, é necessário investigar quais as pessoas próximas que tenham vínculos e afeto por eles e que podem ser as mais adequadas para protegê-los e apoiá-los. Um estudo aprofundado sobre isto deve ser feito por uma equipe especializada e este processo deve ser acompanhado pela Vara da Infância e Adolescência e órgãos competentes. (Gulassa, 2010, p. 31).

Segundo Masten e Garmezy (1985) a rede de apoio, especialmente aquela formada pela família, é um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e desenvolvimento de distúrbios físicos e psicológicos. Em algumas situações crianças e adolescentes fogem de suas famílias, que seria um espaço de maus-tratos, sendo abrigados ou acabam por viver em situação de rua. Sobre a violência vivenciada pelos adolescentes em situação de rua, Ribeiro e Ciampone (2001, p. 47) afirmaram que “durante as suas trajetórias de vida eles viveram em muitas situações diferentes, mas em todas as situações, a violência parece ter sido a protagonista”.

Por mais de duas décadas de vigência do Estatuto da Criança e Adolescência (ECA), o encaminhamento aos abrigos, de modo geral, foi a medida específica de proteção comumente determinada pelo juiz da infância em defesa de criança ou adolescente em situação de risco. O artigo 34, § 1º cita que a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

O abandono e a negligência dos pais e/ou responsável, apontadas como as causas mais assinaladas pelos promotores de Justiça de encaminhamento das crianças e adolescentes à

entidades de acolhimento, lamentavelmente não ficam restritos ao momento pré-acolhimento; ao contrário, persistem mesmo depois que a criança/adolescente foram retirados do convívio com a família. Nesse sentido, é importante entender que a instituição de acolhimento é uma medida provisória de proteção que pressupõe um contínuo comprometimento no restabelecimento, para a criança, da possibilidade da reinserção familiar (Rosa, Santos, Melo & Souza 2010).

Assim, a função desse tipo de serviço é desenvolver atendimentos pautados pelos princípios da excepcionalidade e provisoriação do afastamento familiar, visando fortalecer e preservar os vínculos com a família e a comunidade. O abrigamento é parte integrante da rede de apoio social e afetivo que tem acesso a criança originária de ambiente familiar exposto a todo tipo de privações. Assim, a instituição pode apresentar aspectos positivos em termos das oportunidades de desenvolvimento colocadas à criança sob seus cuidados (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007).

De acordo com o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), o abrigo institucional é assim definido: “Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta” (p. 29).

“O abrigo foi pensado para acabar com os prisioneiros sociais. Uma criança em estado de abandono não pode ser privada de liberdade por motivos sociais. Precisa de proteção e apoio na medida em que não pode ser responsabilizada pela situação em que se encontra. Tem

direito a uma família, a um espaço próprio para morar e de participar na vida da comunidade” (Brandt, 1994 p.20).

Segundo Azor e Vectore (2008) é preciso conhecer as razões que levaram a criança e o adolescente a permanecer em uma instituição de abrigo. O processo de retorno familiar poderá ser complexo e demorado, quanto mais grave parecer a situação de dificuldade, risco e crise vivenciada pela família da criança e do adolescente (Zeanah, Smyke, Koga e Carlson, 2005).

Adolescentes em situação de risco

Loeber e Dishion (1983) apontam quatro principais preditores para o comportamento violento das crianças/adolescentes: práticas parentais, presença de problemas de comportamentos durante a infância, ocorrência de comportamento antissocial em algum membro da família, e abandono ou pouco envolvimento escolar. Uma criança será considerada em situação de risco quando seu desenvolvimento não ocorrer conforme o esperado para a sua faixa etária e para os parâmetros de sua cultura (Hutz & Foster, 1996). Dessa forma Silva e Hutz (2002) citam o fato da criança vítima de abuso (físico, sexual, psicológico e/ou negligência) como um risco para o surgimento de atos infracionais, aumentando as chances de que ela venha a apresentar tal comportamento.

Os riscos psicossociais, principalmente quando combinados, tendem a modelar “o repertório infantil tanto no desenvolvimento de problemas comportamentais e emocionais quanto na aquisição de comportamentos adequados” (Melo, 1999, p. 4). Preservar a possibilidade da criança e do adolescente ser criado no seio da sua família é fundamental, pois a família deve ser um lugar de proteção e um ambiente que possibilite o total desenvolvimento da criança e do adolescente em todos os aspectos. Segundo Ferreira e Marturano (2002) a exposição aos fatores de risco afetam negativamente o desenvolvimento da criança e do adolescente trazendo problemas, principalmente de comportamento.

Inserir crianças e adolescentes em abrigamento, de forma provisória e excepcional, deveria ocorrer somente quando se encontram em situação de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual (ECA, 1990). Uma vez acolhidos institucionalmente, essas crianças e adolescentes enfrentam diversos desafios: a separação comumente abrupta da família de origem, a inserção em ambiente institucional e a incerteza quanto ao futuro.

Além desses aspectos Prada, Williams e Weber (2008) indicaram que as práticas educativas coercitivas e a violência permeiam as relações institucionais entre os jovens e outros ou entre os jovens e os educadores. Isso faz com que em muitos casos, o abrigo não cumpra sua função enquanto medida de proteção. Ainda que o acolhimento possa ser uma alternativa de proteção e saúde para muitas crianças e adolescentes em risco, a separação da família e o ingresso em um ambiente novo e estranho podem atuar como mais uma violência e levar a vivência de mais sofrimento.

Segundo Noal e Neiva-Silva (2007) esses sentimentos de exclusão e abandono podem perdurar por toda a vida, sendo a medida de acolhimento excepcional e provisória e tendo a criança/adolescente direito a convivência familiar/comunitária, esses devem permanecer o menor tempo possível afastados da família. Wathier e Dell'Aglio (2007) completam que outras medidas preventivas podem ser importantes, como detecção precoce de sintomas psicopatológicos para evitar o agravamento dos transtornos mentais, há destituição do poder familiar, vivenciam o luto e a expectativa de uma adoção. Somando-se na maioria dos casos, uma história pregressa caracterizada por negligência e violência e um contexto de acolhimento marcado pelos problemas da má administração pública (Melo et al, 2013).

Comportamento antissocial

As experiências de violência podem afetar negativamente as relações da criança com seus familiares e companheiros por meio da expressão de comportamentos agressivos e de

violação de regras, além de afetar o seu desempenho na escola. Supõe-se também que o comportamento conflituoso ou agressivo manifestado pela criança pode ser decorrente de sua forma de lidar com situações vivenciadas no seu cotidiano, sendo uma reprodução da violência sofrida ou testemunhada por ela (Pesce 2009).

Buscando desenvolver um inventário para rastrear problemas comportamentais na infância e adolescência, Achenbach (2001), encontrou conjuntos de sintomas que costumavam ocorrer de forma concomitante nas crianças e adolescentes. Foram observadas oito síndromes, duas relacionadas ao “comportamento agressivo” e “violação de regras”, que juntos compõem a escala de comportamentos externalizantes, por serem problemas relacionados diretamente no ambiente. Tais comportamentos contrapõem-se aos comportamentos internalizantes, caracterizados por retraimento, depressão, ansiedade, fobias e queixas somáticas, sintomas mais interiorizados pela criança ou adolescente (Pesce, 2009). Numa perspectiva desenvolvimental, no modelo proposto por Achenbach (Achenbach & Edelbrock, 1983), o que distingue o comportamento normal do patológico é a frequência, duração e a intensidade das queixas, mais do que o tipo de comportamentos por si só.

O Sistema de Avaliação Empiricamente Baseado do Achenbach (Achenbach System of Empirically Based Assessment – ASEBA) é um sistema integrado de avaliação por meio de múltiplos informantes (Achenbach, 2001). Nesse sistema, há uma ampla gama de inventários que auxiliam no processo de avaliação das competências e dos problemas de comportamento (CBCL, TRF e YSR). O instrumento utilizado nessa pesquisa foi o YSR - Inventário de Auto-avaliação para Jovens que utiliza um formato padronizado e que foi elaborado para obter informações sobre o adolescente a partir de seu próprio ponto de vista.

Umas das questões analisadas pelo YSR são os comportamentos externalizantes, tanto o comportamento agressivo quanto o de violação de regras são questões centrais na infância

por interferirem no cumprimento de tarefas evolutivas proeminentes nessa fase, por terem alta prevalência e prognóstico pobre e por serem possíveis fatores de risco para inadaptação psicossocial na adolescência e vida adulta (Marinho, 2003). Nesse contexto, o que se pode considerar desvio social, em geral, é citado como antissocial, abrangendo os comportamentos de agressividade, desobediência, oposicionismo, temperamento exaltado, baixo controle de impulsos, roubos, fugas, entre outros segundo Patterson, Reid e Dishion, (1992). Dessa forma apresenta características comuns que os distinguem de outros tipos de manifestações comportamentais, definidas a partir de problemas de externalização (Achenbach 1991).

Alguns fatores de risco para o desenvolvimento de problemas de comportamentos foram descritos por Patterson et al. (1992). Segundo o autor, os fatores de risco são entendidos como variáveis que estão associadas a uma alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos e indesejáveis. Reppold, Pacheco, Bardagi e Hutz (2002) afirmam que existem outros fatores de risco: práticas parentais negativas, problemas de comportamento durante a infância, abandono ou fracasso escolar, ocorrência de comportamento antissocial em algum membro de família.

Pacheco et al., (2005) revela que indicadores precoces do comportamento antissocial têm sido detectados nos primeiros anos da infância. Assim, durante essa fase, o tema é comumente relacionado a expressões clínicas como hiperatividade, problemas de externalização, transtorno desafiador opositivo e transtorno da conduta, tornando-se um dos precursores do processo de desenvolvimento de comportamentos inadequados que podem ocorrer nas fases de desenvolvimento seguintes como: abuso de drogas, delinquência, criminalidade e comportamento marginal na idade adulta. Além disto, devido à manutenção das características do ambiente social do indivíduo, esses comportamentos tendem a persistir e a se agravar ao longo do desenvolvimento, podendo consolidar-se na vida adulta.

O comportamento antissocial pode ser definido como aquele que viola e desrespeita os direitos alheios, ou seja, aquele que a todo custo busca beneficiar-se, desconsiderando os possíveis danos que isso possa causar a outrem (G.V.M. Rocha, 2012). Podem-se chamar de antissocial, segundo Patterson, Reid e Dishion (1992) todos os comportamentos que são ao mesmo tempo, aversivos e contingentes ao comportamento de outras pessoas, inclusive os comportamentos agressivos. A palavra contingente refere-se à relação de dependência entre eventos, ou seja, entre o comportamento emitido e suas consequências. O comportamento social representa uma classe de respostas aprendida pelo sujeito na sua interação com o mundo. Tal comportamento é multideterminado e são diversas as variáveis que podem influenciar na aquisição e na manutenção desses comportamentos ao longo da vida (Matos & Conte, 2009).

Ferreira e Marturano (2002) fizeram associações entre problemas de comportamento e variáveis do ambiente familiar. A quantidade e/ou qualidade de eventos de vida negativos provenientes da família são apontadas como prejudiciais ao desenvolvimento da criança e como fatores condicionantes para problemas de comportamento na infância.

Patterson (2002) cita o Modelo de Coerção centrando sua análise na família, apresentando a transição do padrão comportamental socialmente desviante da infância para adolescência e sua estabilidade ao longo do desenvolvimento. Tal modelo apresenta que as interações sociais nesse período influenciam o desenvolvimento do comportamento antissocial. Alguns fatores são associados à progressão desse tipo de comportamento, dentre eles: treinamento básico em casa, rejeição social, fracasso escolar e adesão a grupos desviantes (Patterson, 1989). Na vida adulta, esses sujeitos que seguem esse padrão são caracterizados por rotatividade nos empregos e nas relações afetivas, envolvimentos com drogas, e, em casos mais extremos, são institucionalizados por crime ou desordem mental (Pacheco et al. 2005).

As dificuldades relacionadas ao comportamento antissocial podem ter consequências desfavoráveis para um desenvolvimento saudável. Segundo Silvares (2001), as crianças com tais comportamentos podem apresentar déficits comportamentais em diversas habilidades. Del Prette e Del Prette (2009) afirmam que essas crianças são encaminhadas para atendimento com uma frequência maior porque são mais difíceis de serem ignoradas e pelo fato de suas dificuldades interpessoais sinalizarem problemas mais sérios no futuro.

De acordo com Patterson et al. (1992) o comportamento antissocial tem relação com a agressividade, oposicionismo, temperamento exaltado, baixo controle dos impulsos, roubo, fuga entre outros, e que tais comportamentos são produzidos por interações sociais, particularmente com membros da família. O comportamento antissocial pode ser definido como aquele que viola e desrespeita os direitos alheios, ou seja, aquele que a todo custo busca beneficiar-se, desconsiderando os possíveis danos que isso possa causar a outrem (G.V.M. Rocha, 2012).

Segundo Homem, Gaspar, Santos, Azevedo e Canavarro (2013) a trajetória de início precoce, que surgiria com a emergência na idade pré-escolar de problemas de comportamento (desobediência, gritar, bater), evolui em idade escolar para comportamentos agressivos e não agressivos (como mentir e roubar) e para sintomas mais graves na adolescência (como violência interpessoal e crimes contra a propriedade), influenciando nos contextos em que os comportamentos disruptivos ocorrem (do convívio com os pais, na pré-escola, depois para o contexto escolar como um todo e finalmente para a comunidade).

De acordo com Serra-Pinheiro, Guimarães e Serrano (2005) o comportamento disruptivo é o responsável pela maioria das indicações de serviços psiquiátricos infantis. No DSM-5 (2014) há o capítulo Transtornos Disruptivos, do Controle de Impulsos e da Conduta que combina transtornos que foram previamente inclusos no capítulo Transtornos

Diagnosticados Inicialmente na Primeira Infância ou Adolescência (transtorno desafiador de oposição; transtorno da conduta e transtorno do comportamento disruptivo).

Os transtornos disruptivos, do controle de impulsos e da conduta incluem condições que envolvem problemas de autocontrole de emoções e de comportamentos. Enquanto outros transtornos do DSM-5 (2014) também podem envolver problemas na regulação emocional e/ou comportamental, esses transtornos se manifestam por violar os direitos dos outros, como agressão, destruição de propriedade e/ou colocam o indivíduo em conflito significativo com normas sociais ou figuras de autoridade.

A seção II (DSM-5, 2014, p. 461), cita os transtornos disruptivos incluindo o transtorno de oposição desafiante, o transtorno explosivo intermitente, o transtorno da conduta, o transtorno da personalidade antissocial, a piromania, a kleptomania, outro transtorno disruptivo, do controle de impulsos e da conduta especificado e transtorno disruptivo, do controle de impulsos e da conduta não especificado. Embora todos os transtornos inclusos neste capítulo envolvam problemas na regulação tanto emocional quanto comportamental, a fonte de variação entre os transtornos é a ênfase relativa que é dada a problemas nesses dois tipos de autocontrole.

Dessa forma é importante prevenir e tratar o comportamento antissocial desde cedo nas crianças, como forma de evitar seu agravamento quando se tornarem adultos, segundo Gomide (2010), pois a diminuição da violência social só poderá ser alcançada por meio do estímulo e reforço à utilização de valores que possam se sobrepor aos comportamentos agressivos e violentos causados pelo imediatismo e egoísmo que imperam na sociedade atual.

As práticas educativas parentais e o comportamento antissocial em adolescentes no acolhimento institucional.

Os pais, buscando orientar os comportamentos dos filhos, cumprem a tarefa de agentes de sua socialização, utilizando estratégias denominadas práticas parentais. As práticas parentais seriam conjuntos de comportamentos singulares emitidos pelos pais no processo de educação ou socialização dos filhos que levam a um resultado comum, resultado este que seria um objetivo ou meta dos pais com a socialização, segundo Darling e Steinberg (1993). Gomide (2001) completa que seria a tentativa dos pais de controlar e socializar seus filhos, as estratégias utilizadas por eles para criá-los, e as técnicas que têm o objetivo de suprimir comportamentos considerados inadequados e/ou incentivar a ocorrência de comportamentos adequados.

Essas práticas podem fomentar tanto comportamentos próssociais quanto antissociais, dependendo da frequência e intensidade que os pais utilizem determinadas estratégias educativas (Gomide, 2003). Sabendo-se que a aprendizagem do comportamento antissocial e da violência se dá ao longo do desenvolvimento da pessoa, por meio das suas interações sociais, principalmente a família, torna-se relevante analisar o padrão de interação que os pais ou cuidadores estabelecem com seus filhos. Bolsoni-Silva e Marturano (2007) afirmam que as habilidades dos pais ao interagir e educar seus filhos pode promover na criança comportamentos socialmente habilidosos ou comportamentos indicativos de problema.

Para Cecconello, De Antoni e Koller (2003), os pais utilizam estratégias educativas com a finalidade de atingir objetivos específicos relacionados às habilidades acadêmicas, sociais e afetivas das crianças. Dessa forma as práticas educativas referem-se ao modo como os pais educam seus filhos em situações cotidianas relacionadas a hábitos de higiene,

alimentação e normas de interação social. Dessa forma, os pais podem utilizar vários métodos para educar seus filhos, dependendo da situação em questão (Piccinini, 2007).

O modelo teórico das práticas educativas parentais, proposto por Gomide (2001; 2003; 2006; 2007) é composto por sete variáveis. Cinco relacionadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial: negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa, e duas relacionadas aos comportamentos pró-sociais: monitoria positiva e comportamento moral.

As práticas educativas negativas envolvem: negligência, ou seja, a ausência de atenção e de afeto; o abuso físico e psicológico, caracterizado pela disciplina por meio de práticas corporais negativas, ameaça e chantagem de abandono e de humilhação; disciplina relaxada compreende o relaxamento das regras estabelecidas; punição inconsistente, na qual os pais aplicam ou não uma punição relacionado ao seu humor e não em função do ato praticado e monitoria negativa, caracterizada pela excessiva vigilância ou fiscalização dos pais.

As práticas educativas positivas são: monitoria positiva que envolve o uso adequado da atenção e da distribuição de privilégios, estabelecimento de regras, demonstração segura de afeto, acompanhamento e a supervisão das atividades escolares e de lazer e comportamento moral, que implica em promover condições favoráveis ao desenvolvimento das virtudes: empatia, senso de justiça, responsabilidade, trabalho, generosidade e conhecimento do certo e do errado relacionado ao uso de drogas e álcool (Gomide, 2006).

Segundo Gomide (2003) as práticas parentais de risco são vinculadas a uma cadeia de causas que inicia com comportamentos desviantes na infância, podendo levar a associação de pares desviantes e resultando no comportamento antissocial na adolescência. Algumas circunstâncias familiares podem estar associadas a problemas de conduta ou a outras desordens emocionais nas crianças e adolescentes, tais como distúrbios psiquiátricos dos pais,

atributos conjugais, falecimentos, separações, reconstituições familiares, famílias uniparentais ou numerosas, abandono emocional por parte dos cuidadores, maus-tratos, abuso emocional e até mesmo comportamento suicida dos pais (La Barra, Toledo & Rodríguez, 2004).

As práticas familiares podem ser consideradas como determinantes primários do desenvolvimento do comportamento antissocial (Patterson, Reid & Dishion, 1992). Ainda segundo os autores, nas crianças, o principal determinante desse processo é a disciplina parental inefetiva, e no caso do adolescente, esse componente é somado à falta de monitoramento parental.

Loeber (1982) afirma que os jovens ao apresentarem comportamentos antissociais precocemente têm maior probabilidade de desenvolverem comportamentos delinquentes, carreira criminosa, alcoolismo, fracasso escolar, fracasso conjugal e problemas no trabalho. De acordo com Munkvold, Ludervold e Manger (2011) as crianças que apresentam comportamentos disruptivos e antissociais precocemente, a frequência e a severidade das dificuldades comportamentais tendem a agravar-se ao longo do tempo, enquanto naquelas em que o aparecimento das dificuldades comportamentais acontece apenas na adolescência o prognóstico parece ser mais favorável.

Os adolescentes que caracterizam seus pais como negligentes apresentam um desempenho pobre em todas as variáveis investigadas sendo essas a autoconfiança, competência social, competência acadêmica, uso de drogas, delinquência e outros (Moraes et al., 2007). Segundo G.V.M. Rocha (2008, p.22), “as práticas parentais são específicas, direcionadas a um comportamento-alvo. Bater numa criança para que ela obedeça ou elogiá-la para fazer sentir-se bem são exemplos de práticas parentais”.

Schrepferman e Snyder (2002) reforçam o fato de que interações familiares coercitivas são caracterizadas por uma frequente e extensa troca de respostas aversivas verbais e físicas,

por pelo menos um membro da família, e que tais respostas aversivas são modeladas, mantidas e amplificadas, em parte, por contingências sociais. As trocas coercitivas podem surgir no comportamento da criança de não dar seguimento às regras e comando parentais. Nas famílias com crianças agressivas, segundo Gallo e Williams (2007) tanto os pais quanto os filhos usam respostas aversivas como formas para lidar com os conflitos.

Sabe-se que as práticas educativas coercitivas estão associadas ao desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquência em crianças e adolescentes, Patterson, DeBaryshe e Ramsey (1989) afirmam que, em famílias de crianças consideradas antissociais, estão presentes aspectos como disciplina inconsistente, pouco afeto positivo e envolvimento com a criança, bem como pobre monitoramento e supervisão das atividades. A literatura sobre psicopatologia do desenvolvimento segundo Hutz e Silva (2002) apontam algumas características, consideradas fatores de risco individuais para o envolvimento em atos delituosos: baixa autoestima, baixos níveis de inteligência, altos índices de depressão, estilo atribucional disfuncional, ausência de habilidades sociais e estratégias de resolução de problemas baseadas na agressividade. Há uma associação entre certas práticas educativas parentais e a etiologia de diversos comportamentos como agressão verbal ou física, destruição de objetos, mentira, roubo, habilidades sociais inadequadas (Reppold et al., 2005).

Pesce (2004) cita que a quantidade e/ou qualidade de eventos de vida negativos provenientes da família são apontadas como particularmente prejudiciais ao desenvolvimento da criança e como fatores condicionantes para problemas de comportamento na infância. Dessa forma os adolescentes com a ausência de tais repertórios comportamentais acabam por violar os direitos individuais dos outros ou normas, resultando comumente nos atos infracionais, que deverá ser analisado como um fenômeno complexo em virtude das múltiplas causas envolvidas. Requer uma visão mais integral, que possa considerar aspectos da pessoa e

dos seus diferentes contextos de inserção, especialmente a família (Nardi & Dell'Aglio, 2012).

Tais dificuldades e violações de direitos podem levar a criança ou adolescente a ingressar em uma Instituição de Acolhimento, pois na história destes sujeitos laços familiares foram rompidos. Toda criança institucionalizada tem uma história familiar em que ocorreu alguma violação de direito. Sternberg, Lamb, Guterman e Abbott (2006) afirmam que crianças que sofreram algum tipo de violência intrafamiliar apresentam mais problemas de comportamento ou sintomas depressivos na adolescência do que as crianças que não foram vítimas. Desta forma, o acolhimento tem sido apontado como um evento de vida estressante e, assim, como um possível fator de risco para o desenvolvimento destas crianças e adolescentes.

Gomide (2006) afirma que a presença ou ausência das práticas educativas parentais somadas a fatores de risco presentes nas famílias que tem seus filhos abrigados e que, na maioria das vezes, são os motivos do acolhimento institucional, estão presentes também nos abrigos e casas-lares, os quais deveriam servir como local de proteção à criança e ao adolescente (Prada, 2007). Porém, segundo Alvares e Lobato (2013) há possibilidade da existência de boas condições no acolhimento em instituições, e também uma boa adaptação das crianças neste novo ambiente. Muitas vezes as oportunidades oferecidas em uma instituição de acolhimento podem ser a melhor alternativa em casos de situações ainda mais adversas na família.

Avaliação Forense

Segundo Bartol e Bartol (1987), a psicologia forense é definida como a análise dos aspectos do comportamento humano diretamente relacionado com os processos legais, envolvendo a prática psicológica no sistema legal, que engloba a lei civil e penal. A

psicologia jurídica é a área da Psicologia denominada a descrever, explicar, predizer e intervir sobre o comportamento humano, possuindo lugar no contexto jurídico, com a finalidade de contribuir com a construção e prática de sistemas jurídicos objetivos e justos (Quintero & López, 2010).

Nos estudos de Hutz e Bandeira (2003) a demanda social por avaliação psicológica frequentemente envolve grupos especiais, como crianças e adolescentes em situação de risco, em conflitos com a lei, população em situação de risco social, sendo necessário que o profissional possua um conhecimento sobre os instrumentos e técnicas que sejam efetivamente válidos para essa população. A psicologia forense “tem como objeto a avaliação do comportamento humano nos vários contextos que a Justiça lhe franqueia, funcionando deste modo como elemento de ajuda à tomada de decisão judicial, mas também como auxiliar de processos de intervenção operados em atores do sistema judicial” (R.A. Gonçalves, 2010, p. 107).

Nos últimos anos, houve um avanço considerável das relações entre a psicologia e o sistema de justiça. Especificamente quando se trata de crimes em que a vítima é criança ou adolescente e em que não há, muitas vezes, evidências físicas que comprovem o fato, os operadores da lei vêm demandando questionamentos para a psicologia (Stein, Pergher & Feix, 2009).

Na literatura, a perícia tem sido definida como a habilidade para identificar, integrar e extrair conclusões razoavelmente corretas de dados multidimensionais e complexos, sem que sejam afetados por conhecidos vieses e ilusões (Finnilä-Tuohimaa et al., 2009). Para isso, não basta apenas o conhecimento especializado, mas também são necessárias habilidades na tomada de decisões.

A perícia psicológica seria a denominação do procedimento de avaliação psicológica realizada no âmbito da justiça, principalmente nos fóruns. Dessa forma “o que caracteriza esse tipo de avaliação como pericial é o modo como ela ocorre, ou seja, resulta de uma solicitação de uma autoridade judicial, no caso, o juiz, e que tem por objetivo subsidiar as decisões dos magistrados” (Maciel & Cruz 2009, p.45).

Segundo Melton et al. (1997) existe uma necessidade maior de precisão nas avaliações forenses pois essas serão avaliadas pelo sistema legal, e seu resultado pode influenciar diversos aspectos da vida do examinando como sua liberdade pessoal e o bem estar de outros. A avaliação terapêutica clínica difere da avaliação forense em inúmeros aspectos que incluem: metas e objetivos; relação entre as partes; identidade do cliente; consequências e perspectiva do examinando (Goldnstein et al., 2003).

A avaliação forense é compreendida como um processo. Dessa forma os instrumentos psicológicos padronizados não se apresentam como a única ferramenta; em grande parte dos casos são utilizados em conjunto com outros procedimentos. Segundo Rocha, Santos e Serafim (2016) informações valiosas podem ser adquiridas por meio de entrevista, que consiste no levantamento de dados conduzido por um psicólogo treinado, com o propósito de descrever e avaliar os comportamentos, relacionando eventos e experiências, a fim de estabelecer conclusões e facilitar a tomada de decisão.

Após a utilização dos instrumentos, realização de entrevistas e observações, consulta as fontes externas para obtenção de dados fidedignos, o profissional procederá à confecção do documento que será encaminhado para parte solicitante. Para tanto, obrigatoriamente deverá fazer uso das normas constantes do manual de confecção dos documentos do Conselho Federal de Psicologia (Resolução 007/2003). O relatório resultante de avaliação forense deverá ser objetivo, com fundamentação teórica sólida, para ser conclusivo em suas

considerações finais. O avaliador forense, não determina, nem decide, ele fornece subsídios para que o judiciário tome decisões coerentes com as provas técnicas produzidas (Rocha, Santos & Serafim 2016).

As perícias psicológicas têm um papel fundamental na avaliação de crianças/adolescentes vítimas de maus tratos, uma vez que auxiliam os Tribunais na tomada de decisão judicial, numa tentativa de proteger e garantir o bem-estar da criança avaliada. Um dos principais objetivos desta avaliação psicológica forense remete, assim, para a proteção da vítima (Magalhães et al., 2010). Dessa forma, o psicólogo forense adota um papel mais investigativo, focado na percepção objetiva das informações pertinente ao examinando (Huss, 2011). Durante uma avaliação forense, o examinando usualmente não se apresenta voluntariamente. O objetivo da avaliação forense é auxiliar a corte na tomada de decisões, tratando de questões legais.

Dessa forma um dos objetivos do nosso protocolo foi conhecer as práticas parentais maternas e paternas, os comportamentos internalizantes/externalizantes dos adolescentes, o desempenho acadêmico e os objetivos quanto aprendizagem de atividades laborais, bem como suas potencialidades e necessidades e quais as possíveis relações dessas características no desenvolvimento do comportamento antissocial, a fim de coibi-lo. Faz-se necessário a elaboração de um relatório forense contendo os resultados para o encaminhamento do adolescente a atendimentos personalizados, indicando quais atividades o adolescente realizará cotidianamente, levando em conta seu grau de maturidade, necessidades, bem como seu perfil psicológico e comportamental.

OBJETIVO GERAL

Elaborar um protocolo de avaliação forense para um grupo de adolescentes no momento da recepção do acolhimento institucional, a fim de proporcionar o encaminhamento para intervenções personalizadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar os aspectos psicológicos e comportamentais que possam estar relacionados ao desenvolvimento do comportamento antissocial;

Aplicar o protocolo em uma amostra de adolescentes em acolhimento institucional;

Investigar as práticas parentais utilizadas pelos cuidadores dos adolescentes em situação de risco;

Investigar os comportamentos internalizantes e externalizantes e as relações com o desenvolvimento do comportamento antissocial;

Analisar as variáveis do desempenho escolar e os comportamentos de risco;

Analisar as questões relacionadas às atividades laborais e o adolescente em situação de risco.

Avaliar a adequação, viabilidade, aplicabilidade do protocolo.

MÉTODO

Delineamento da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória de levantamento na qual foram utilizados instrumentos para coleta de dados com adolescentes em situação de risco, em situação de acolhimento institucional. Cozby (2012) coloca que uma pesquisa de levantamento compreende o uso de questionários e entrevistas para coleta de informações que as pessoas respondem sobre si mesmas, atitudes, crenças, dados demográficos e, também, comportamentos passados e previsão de comportamentos futuros.

Participantes

Participaram deste estudo sete adolescentes, com idades de 12 a 17 anos, do sexo masculino, em situação de acolhimento institucional, em virtude de afastamento do convívio familiar, sendo a idade média dos adolescentes de 14,71 anos. Os adolescentes são apresentados na Tabela 1 identificados como participantes no intuito de preservar sua identidade.

Tabela 1. *Idade dos participantes*

Participantes	Idades
P1	12
P2	13
P3	14
P4	14
P5	16
P6	17
P7	17
Média	14,7

Participante 01

O adolescente de 12 anos relatou que sua genitora era falecida, não sabendo o motivo da morte. Em atendimento com seu irmão mais velho, de 17 anos, que fazia parte da pesquisa, mas que fora adotado durante o período de coleta dos dados, este revelou que sua genitora teria sido assassinada em decorrência do envolvimento com tráfico de drogas. O genitor estava recluso em uma instituição penitenciária. Relatou não ter visitado o pai na prisão e não saber o motivo da prisão. O adolescente tem 6 irmãos: um de 18 anos, outra de 23 anos e uma irmã grávida, que residia com a avó do marido. O irmão citado a cima, que estava na Fundação e outro de 14 anos que ainda residia na Fundação na data da pesquisa e um irmão menor de 2 anos que fora adotado. O adolescente em questão passou por diversas situações de acolhimentos.

Participante 02

O adolescente de 13 anos estava na Fundação juntamente com seu irmão, 15 anos que fora transferido para o Educandário São Francisco por conta dos comportamentos inadequados e possui outro irmão, 10 anos. O adolescente veio encaminhado devido a conflitos familiares, em especial com o genitor, que o agredia fisicamente. Os irmãos procuraram a comarca da cidade de Pinhais/PR pedindo proteção. Os motivos do acolhimento relatados foram violência física, risco social/ pessoal e conflitos familiares. Tem histórico de fugas nas primeiras semanas na Fundação, por sofrer ameaças da outros adolescentes. Apresentou grande dificuldade de participação na pesquisa, desmarcando vários encontros.

Participante 03

O adolescente de 14 anos foi acolhido devido à negligência de ambos os genitores. P3 tinha um histórico de vários acolhimentos. Relatou que a mãe foi assassinada devido ao envolvimento com tráfico de drogas. O adolescente possui 2 irmãos na Fundação (um deles o

P1). O adolescente demonstrou uma grande dificuldade de expor fatos familiares relatou em algumas falas o desejo de residir com a irmã mais velha, essa que ele considera como sua mãe.

Participante 04

O adolescente foi acolhido na Fundação por ter sofrido ameaças de morte na sua comunidade, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. A manutenção no abrigo era necessária para que fosse oportunizado tratamento à família com a finalidade de retorno do jovem ao lar. O adolescente residia com sua mãe, o padastro, os irmãos (17,13 e 09 anos) e seu genitor é falecido.

O adolescente tem histórico de inúmeras internações e acompanhamentos médicos, psicológicos e sociais relatando diversas fugas desses locais e que cometera atos violentos, bem como uma vítima que veio a óbito. Esteve na Casa de Passagem Rebekka, CREAS e Hospital San Julian onde permaneceu por 40 dias sendo encaminhado pelo CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas).

De acordo com o relato do adolescente não frequentava a escola e passava a maior parte do dia consumindo substâncias psicoativas (maconha e cocaína). De acordo com documentos do Foro Regional de Piraquara/PR, a genitora do adolescente era usuária de álcool e fora encaminhada para tratamento no CAPS AD. Relatou comportamentos de irritabilidade e impulsividade, fato que o influenciou a cometer um homicídio, fato ainda não comprovado pela justiça. Relatou pensamentos persecutórios e comportamentos agressivos, sendo encaminhado à Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Em atendimento psiquiátrico foi prescrito o uso de psicotrópicos (Carbamazepina).

Participante 05

O adolescente possui 5 irmãos (16, 11, 9 e 7 anos) que residiam com a genitora (33 anos) e sua companheira (32 anos) em São Paulo. Segundo o adolescente, seu irmão (8 anos), que residia com seus avós paternos provavelmente estava usando drogas. P5 possuía avós paternos e seu genitor estava em situação de rua na cidade de Curitiba/PR, usuário de substâncias psicoativas crack e cocaína e em tratamento para tuberculose.

P5 relatou que após sair da residência dos avós, o seu genitor instalou ele e outro irmão (18 anos) em uma pensão no centro de Curitiba. Por não ter como custear as despesas da pensão, os dois irmãos permaneceram em situação de rua. O irmão (18 anos) encaminhou o adolescente para o Projeto Casulo, onde foi realizada a busca das informações necessárias sobre o adolescente, acionando CREAS, CRAS e outros equipamentos da assistência social. O adolescente veio encaminhado para a Fundação devido a sua situação de vulnerabilidade e risco social, pois seus avós não possuíam condições físicas nem econômicas para cuidar dos netos e seus genitores não se responsabilizavam pelos filhos.

Participante 06

O adolescente de 17 anos residiu com o irmão mais velho em uma ocupação irregular na zona rural da cidade de Araucária. Ambos cresceram aos cuidados dos avós paternos. Após o falecimento do avô, sua avó mudar-se para o estado do Pará. P6 e seu irmão preferiram residir com o pai. O irmão saiu de casa para constituir família e o adolescente permaneceu com o genitor, porém tinham muitas brigas e desavenças na relação paterna, levando o adolescente sair de casa, indo residir com o irmão, que nessa ocasião morava em uma pensão na cidade de Curitiba.

P6 relatou que sofrera diversas agressões e abusos físicos do genitor. Os dois irmãos passaram a viver pelas ruas de Curitiba, envolvendo-se em diversos comportamentos de risco

(uso de drogas, furtos). Voltaram a residir nas proximidades dos avós, passando a ter conflitos com os vizinhos, foram chamados na delegacia, sendo dessa forma, realizada a intervenção psicossocial do adolescente em questão. A mãe de P6 foi localizada residindo na cidade de Colombo/PR, porém há 14 anos não convive com os filhos. O adolescente permaneceu com a mãe por um mês e relatou não ter “sentimentos de filho pela mãe” (sic), comentando ter vínculos com o irmão e o pai estaria preso.

Participante 07

O adolescente de 17 anos está em acolhimento na Fundação, não sendo essa sua primeira passagem na instituição, juntamente com seu irmão (16 anos), que fora transferido para uma comunidade terapêutica, devido seu envolvimento com substâncias psicoativas (maconha e cocaína). Possui histórico de diversos acolhimentos, que não foram especificados pela instituição, juntamente com o irmão. Há relatos de abandono dos pais, bem como violação dos direitos do adolescente.

Local

A pesquisa foi realizada em uma fundação que tem como modalidade o acolhimento institucional de crianças e adolescentes entre 07 e 18 anos. O protocolo foi aplicado na sala de atendimento psicológico.

Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos: Youth Self Report - YSR (Achenbach & Rescola, 2001) – Inventário de Autoavaliação para Jovens, Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006), Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 2011) e uma Entrevista Semiestruturada sobre atividade laboral.

Youth Self Report - YSR (Achenbach & Rescola, 2001) – Inventário de Autoavaliação para Jovens onde os adolescentes responderam ao instrumento. Faz parte do Sistema de Avaliação Empiricamente Baseado do Achenbach - ASEBA (Achenbach & Rescola, 2001). É composto por sete perguntas iniciais nas quais os adolescentes descreve e avalia suas atividades diárias, relações sociais, relação com irmãos e desempenho escolar, como por exemplo: cite os esportes que você mais gosta de praticar, cite as organizações, clubes, times ou grupos aos quais você pertence entre outras.

As quatro perguntas posteriores são abertas e estão relacionadas às doenças, deficiências, limitações, preocupações, problemas relacionados à escola, bem como a descrição de seus aspectos positivos, por exemplo: quantas vezes por semana você faz alguma coisa com amigos ou colegas fora do horário da escola ou descreva quaisquer preocupação ou problemas que você tem com relação à escola. Seguem-se então 112 perguntas fechadas que devem ser respondidas em uma escala, onde 0 significa “não é verdadeira”, 1 “um pouco verdadeira ou algumas vezes verdadeira” e 2 “muito verdadeira ou frequentemente verdadeira”. Pode-se citar como exemplo dessas perguntas: Ajo sem pensar, não sou tão bem quanto deveria, machuco-me accidentalmente com frequência. A escala de autoavaliação obteve correlações de 0,23 com o Child Behavior Checklist-Youth Self-Report Form - YSR (Achenbach & Edelbrock, 1983).

Dessa forma, busca-se um perfil do adolescente em três escalas de competências: competência em atividades, competência social e desempenho acadêmico, cuja soma resulta na Escala Total de Competências. Os itens do YSR são apresentados em escala tipo *likert* de três pontos e outros, em questões abertas sobre problemas escolares, possíveis doenças e medos, e uso de substâncias entre outros. A área de problemas emocionais e comportamentais inclui avaliação de ansiedade, depressão, retraimento, queixas somáticas, problemas com o contato social, com o pensamento e com a atenção, além de violação de regras e

comportamento agressivo. Para a escala de Competência, escores abaixo de 37 são considerados na faixa clínica e acima de 40, na faixa não-clínica (normal); escores intermediários (37 a 40) referem-se à faixa limítrofe.

Nos resultados relativos a Problemas emocionais/comportamentais (nos agrupamentos de problemas internalizantes, e problemas externalizantes), a faixa de escores não-clínicos (normais) fica abaixo de 60, a de escores clínicos, acima de 63, e a intermediária (limítrofe), pontuada de 60 a 63. A somatória dos escores permite ao avaliador traçar um perfil comportamental do adolescente, derivado da análise de oito agrupamentos de itens ou síndromes: I. Retraimento; II. Queixas somáticas; III. Ansiedade/depressão; IV. Problemas com o relacionamento social; V. Problemas de pensamento; VI. Problemas de atenção; VII. Comportamento delinquente; VIII. Comportamento agressivo.

O instrumento oferece também uma avaliação de problemas psicológicos e comportamentais em escalas orientadas pelo DSM-IV (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), incluindo problemas afetivos, problemas de ansiedade, déficit de atenção e hiperatividade, problemas de oposição e desafio, problemas de conduta e somáticos, transtorno obsessivo compulsivo e estresse pós-traumático. As questões do YSR foram elaboradas de forma a obter-se a percepção do jovem sobre si mesmo e em relação às suas 17 competências ou dificuldades individuais ou grupais. Aborda questões pertinentes que possibilitam a compreensão de problemas emocionais que, devido à sua natureza subjetiva, não são facilmente avaliados ou observados (Fonseca & Monteiro, 1999). O Youth Self Report é um instrumento internacionalmente conhecido e fundado num corpo teórico sólido (Fadigas, 2014). Apresenta uma linguagem simples e adequada ao público-alvo, existindo inúmeros estudos internacionais com recurso a este questionário junto de crianças e jovens institucionalizadas. Segundo Soares (2010) a versão portuguesa do YSR tem qualidades psicométricas aceitáveis e constitui um instrumento útil de investigação no domínio da

psicopatologia infantil e juvenil. Para além do score total de problemas, também fornece indicações específicas sobre diversos tipos de distúrbios, o que pode alargar o seu campo de aplicação (Fonseca & Monteiro, 1999; Dias, 2013).

O Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006) avalia o estilo parental, ou seja, as estratégias e técnicas utilizadas pelos pais para educar os filhos, por meio de sete práticas educativas, sendo cinco vinculadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial: negligência, punição inconsistente, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico; e duas relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos próssociais: comportamento moral e monitoria positiva.

O Inventário é composto por 42 questões, sendo que cada uma consta de uma frase à qual a criança/adolescente deve responder indicando a frequência com que a figura materna / paterna age conforme a situação descrita na frase, como: quando faço algo de errado, a punição de meu pai/mãe é mais severa dependendo de seu humor, durante uma briga eu xingo ou grito com ele/ela, e então ele/ela me deixa em paz, ele/ela ignora o que eu gosto. Dessa forma são dois questionários: um para analisar as práticas parentais paternas e outro para analisar as práticas parentais maternas, ambos possuem as mesmas questões.

As respostas são indicadas em uma escala do tipo *likert* de 3 pontos, em que a resposta sempre vale 2 pontos, às vezes, 1 ponto e nunca 0 (zero) ponto. As questões estão distribuídas de maneira que abranjam as sete práticas educativas: (A) monitoria positiva, (B) comportamento moral, (C) negligência, (D) punição inconsistente, (E) disciplina relaxada, (F) monitoria negativa e (G) abuso físico, sendo que a cada variável correspondem seis perguntas. O IEP fornece um escore, o Índice de Estilo Parental (IEP), que é o resultado da subtração da soma das práticas negativas, da soma das positivas.

Segundo Gomide (2006) o instrumento verifica as práticas parentais educativas exercidas pelas famílias que podem apresentar risco social, permitindo detectar quais práticas parentais um indivíduo esteve ou está sujeito, e qual a influência delas no desenvolvimento de comportamentos antissociais, como o abuso de substâncias, atos homicidas, infratores, etc. O instrumento tem duas versões, uma respondida pelo familiar e outra respondida pela crianças/adolescente. A validação do Inventário de Estilos Parentais – IEP – dentro dos parâmetros psicométricos necessários. O Conselho Federal de Psicologia, em julho de 2005, deu parecer favorável à utilização do IEP como teste psicológico. Em março de 2006, a Editora Vozes publicou o Inventário de Estilos Parentais – Modelo Teórico, Manual de Aplicação, Apuração e Interpretação. Esse instrumento tem o objetivo de auxiliar os profissionais que trabalham com populações de risco a identificar os déficits educacional nas famílias, facilitando o encaminhamento para programas de orientação, treinamento ou de intervenção clínica. Ressalta-se que ele é o primeiro instrumento brasileiro validado que possibilita a avaliação de sujeitos de risco, sendo, portanto, de grande demanda por parte de pesquisadores e profissionais da área (Sampaio & Gomide, 2007).

O Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 2011) é um instrumento de aplicação individual que avalia de forma ampla as capacidades fundamentais para o desempenho escolar em três áreas específicas: leitura, escrita e aritmética, ou seja, ele permite "mensurar" se o conhecimento de um aluno é esperado para sua faixa etária e, assim, possibilitar ao profissional o trabalho nos pontos específicos das dificuldades do aluno, buscando oferecer de forma objetiva uma avaliação das capacidades fundamentais para o desempenho escolar. Os subtestes apresentam uma escala de itens em ordem crescente de dificuldade, podendo ser interrompido, assim que os itens apresentados em determinado nível da escala forem impossíveis de serem resolvidos pelo examinando. O subteste de Escrita foi concebido para investigar a capacidade básica envolvida na aprendizagem da habilidade em questão. Nesse, o

adolescente precisa ter habilidade para escrever 34 palavras, dentro de um contexto, uma frase contendo a palavra citada: quebramento, favor, soturno, digerir, elmo, entre outras. O subteste de leitura do TDE foi concebido para investigar a capacidade básica envolvida na aprendizagem da decodificação grafema–fonema. Ele é composto por uma lista de 70 palavras que são apresentadas sem um contexto (Stein, 1994), entre elas: aplicado, luxuoso, rescindido entre outras. No subteste de aritmética, há 25 questões como: 968:6, (3007-1295) +288, 23x3 entre outras. Sendo comprovada sua larga utilização em estudos científicos, visto que vem sendo utilizado em pesquisas realizadas em todo o país e em diferentes áreas da ciência (Knijnik et al., 2013).

A aplicação do TDE permite averiguar as áreas nas quais a criança possa estar apresentando dificuldades, distinguindo a escrita da leitura e da aritmética. O examinador poderá aplicar uma avaliação mais específica na área defasada, buscando elucidar em que aspectos residem as dificuldades da criança. O subteste de leitura do TDE é o único teste de leitura em voz alta de palavras isoladas que apresenta normas para a população brasileira e evidências psicométricas de validade e precisão (Lúcio, Pinheiro e Nascimento, 2009).

Entrevista Semiestruturada sobre Atividade Laboral (Apêndice A) foi um roteiro previamente elaborado para pesquisa para compor o protocolo de avaliação forense composto por 12 perguntas semiestruturadas sobre questões relacionadas a possíveis experiências de trabalho, entre elas cita-se: quanto tempo exerceu a atividade laboral, o que mudou quando realizou atividade laboral, quanto recebeu pelo trabalho que exerceu e como utilizava o salário. Desses, seis questões foram analisadas quantitativamente e as demais foram descritas e analisadas em seus aspectos mais significativos.

A entrevista busca informações sobre a forma de se colocar no mundo laboral, como aspectos positivos e negativos das atividades exercidas e as possibilidades e interesses quanto

a possíveis atividades que poderiam ser realizadas, como projetos de futuro e participação em cursos profissionalizantes. A entrevista favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade. A entrevista foi indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos e buscar informações sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pela pesquisadora.

Procedimento

Inicialmente foi realizado contato com o gestor da fundação para solicitar a autorização da realização do projeto proposto, o esclarecimento das possíveis contribuições para a população estudada e elaborada a Carta de Autorização para a sua realização (Apêndice B). Após o aceite da instituição, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética (25336513.0.0000.0103), com a aprovação do Comitê de Ética, houve contato com a equipe psicossocial da Fundação e a indicação dos adolescentes em processo de recepção para que fossem convidados a participar da pesquisa.

Na primeira visita buscou-se conhecer a instituição e os adolescentes para a pesquisa. Dessa forma foi elaborado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) que foi assinado pelos adolescentes. Foram marcados encontros semanais com os sete participantes, sendo ao total de 10 visitas realizadas à Fundação. Todos os encontros ocorreram nas dependências da fundação. Foram utilizadas 60 horas entre a aplicação dos instrumentos do protocolo bem como a correção e análise dos resultados, sendo em média 2 horas para cada participante. Nesses encontros foi aplicado o instrumento da bateria ASEBA, Youth Self Report - YSR – Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001). O Inventário de Estilos Parentais - IEP (Gomide, 2006), o Teste de Desempenho

Escolar – TDE (Stein, 2011) e uma entrevista semiestruturada sobre atividade laboral elaborada pela pesquisadora para o protocolo.

Análise de Dados

As respostas dos adolescentes do instrumento Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) foram analisadas a partir do Software Assessment Data Manager (ADM), que é o programa desenvolvido para correção. O programa inclui módulos para digitar e analisar os dados obtidos por meio deste instrumento (Achenbach & Rescorla, 2001). Os resultados segundo Achenbach e Edelbrock (1987) podem ser analisados em duas principais áreas/escalas: Competência e Problemas emocionais/comportamentais, que são classificados em agrupamentos denominados problemas internalizantes e externalizantes.

Os escores das duas escalas são apresentados em três faixas denominadas: clínica, limítrofe e não-clínica (normal), indicando, respectivamente, problemas suficientes para possíveis intervenções clínicas, prováveis necessidades de intervenção e pontos fortes que devem ser considerados no planejamento de intervenções. Segundo M. M. Rocha (2012) os escores das duas escalas são apresentados em três faixas denominadas: clínica, limítrofe e não-clínica (normal), indicando, respectivamente, problemas suficientes para preocupações clínicas, prováveis necessidades de intervenção e pontos fortes que devem ser considerados no planejamento de intervenções.

O IEP (Gomide, 2006) fornece um escore, o Índice de Estilo Parental (IEP), que é o resultado da subtração da soma das práticas negativas e da soma das positivas. Este índice é um escore bruto que é consultado nas tabelas normativas, nas quais serão apresentados os percentis correspondentes aos valores encontrados. Segundo Gomide (2006) a tabulação dos dados obtidos por meio do Inventário é feita utilizando-se a folha de resposta que contém as

sete práticas educativas deste instrumento. Cada resposta nunca recebe pontuação 0 (zero); às vezes, pontuação 1 (um); e sempre, pontuação 2 (dois). O cálculo do índice de estilo parental é feito pela subtração da soma das disciplinas negativas (C+D+E+F+G) e da soma das positivas (A+B), ou seja, IEP = (A+B)- (C+D+E+F+G).

O Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 2011) foi analisado por meio dos crivos de correção do subteste Aritmética, de Leitura e Escrita. A proposta do TDE é que os subtestes apresentem um conjunto de itens em ordem crescente de dificuldade, os quais devem ser apresentados para as crianças e ou adolescentes para avaliar a leitura, ou seja, reconhecimento de palavras isoladas do contexto, a escrita do nome próprio e de palavras contextualizadas, apresentadas sob a forma de ditado e aritmética, avaliada por meio da solução oral de problemas e cálculo de operações aritméticas por escrito, com objetivo de avaliar escolares de 1^a a 6^a séries do Ensino Fundamental.

Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Dessa forma a entrevista semiestruturada sobre atividade laboral tem o objetivo de analisar os fatores positivos e negativos do trabalho na adolescência. A partir de um roteiro com perguntas bem elaboradas, a possibilidade de acertar nas intervenções pode aumentar, possibilitando novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes.

Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro que foi elaborado para a pesquisa, serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

RESULTADOS

A pesquisa teve como objetivo elaborar um protocolo de avaliação forense para um grupo de adolescentes no momento da recepção do acolhimento institucional, bem como analisar os aspectos psicológicos e comportamentais, as práticas parentais, os comportamentos internalizantes e externalizantes, as variáveis do desempenho escolar e as questões relacionadas às atividades laborais, tais resultados podem estar relacionados ao desenvolvimento do comportamento antissocial.

Dessa forma, a tabela 2 e 3 apresentam as práticas parentais (maternas e paternas) avaliadas por meio do IEP (Inventário de Estilos Parentais). Não foi possível utilizar o IEP com todos os participantes, sendo que P1 e P3 não responderam o IEP das práticas parentais maternas, P4 e P7 não responderam o IEP das práticas parentais paternas, pois esses não recordavam do convívio com algum dos genitores ou não houve período de convivência.

O IEP Materno (Tabela 2) foi respondido por 5 adolescentes, os 2 adolescentes (P1 e P3) não responderam ao inventário por não terem conhecido ou não recordarem do convívio com a genitora. Quanto aos resultados das práticas parentais maternas classificados como de risco, cita-se a monitoria positiva em P4, P5 e P6; comportamento moral em P2 e P6; punição inconsistente em P2, P5, P6 e P7; negligência em P2, P5, P6 e P7; disciplina relaxada em P4, P5 e P6; monitoria negativa em P2 e P4; abuso físico em P5 e P7. Percebe-se que todos os resultados foram abaixo de 25, referindo-se ao resultado geral de estilo parental materno de risco.

O IEP Paterno (Tabela 3) os resultados das práticas parentais paternas foram consideradas de risco em relação à monitoria positiva em P1, P2, P3, P5 e P6, ou seja, em todos os participantes; comportamento moral em P1 e P3, punição inconsistente em

P2negligência, monitoria negativa e abuso físico; 2 participantes apresentaram resultados negativos, no que diz respeito a punição inconsistente em P2, P5 e P6; negligência em P2 e P6; disciplina relaxada em P1, P2, P3 e P5; monitoria negativa em P2 e P6; abuso físico P2 e P6. Todos os resultados analisados na soma de seus escores apresentou resultado abaixo do percentil de 25 configurando a prática parental paterna de risco.

Tabela 2. *Práticas Educativas Parentais Maternas*

Práticas Parentais	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Monitoria Positiva	—	9 (3)	—	7 (4)	7 (4)	5 (4)	11 (2)
Comportamento Moral	—	6 (4)	—	9 (3)	10 (2)	5 (4)	10 (2)
Punição Inconsistente	—	5 (4)	—	3 (2)	7 (4)	6 (4)	5 (4)
Negligência	—	7 (4)	—	3 (3)	6 (4)	10 (4)	4 (4)
Disciplina Relaxada	—	4 (3)	—	8 (4)	5 (4)	7 (4)	1 (2)
Monitoria Negativa	—	9 (4)	—	7 (4)	6 (3)	2 (1)	6 (3)
Abuso Físico	—	1 (3)	—	0 (1)	4 (4)	1 (3)	1 (4)
Resultado Geral	—	-11 (4)	—	-5 (4)	-11 (4)	-16 (4)	4 (4)

Nota. (1) Ótimo; (2) Regular Acima da Média; (3) Regular Abaixo da Média; (4) de Risco

Tabela 3. *Práticas Educativas Parentais Paternas*

Práticas Parentais	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Monitoria Positiva	6 (4)	4 (4)	4 (4)	—	7 (4)	4 (4)	—
Comportamento Moral	0 (4)	7 (3)	4 (4)	—	8 (3)	9 (3)	—
Punição Inconsistente	3 (2)	8 (4)	3 (3)	—	6 (4)	8 (4)	—
Negligência	2 (3)	8 (4)	1 (2)	—	3 (3)	11 (4)	—
Disciplina Relaxada	2 (2)	4 (4)	8 (4)	—	8 (4)	0 (1)	—
Monitoria Negativa	1 (1)	6 (4)	3 (2)	—	6 (3)	7 (4)	—
Abuso Físico	0 (1)	8 (4)	0 (1)	—	0 (1)	12 (4)	—
Resultado Geral	-2 (4)	-23 (4)	-7 (4)	—	-8 (4)	-25 (4)	—

Nota. (1) Ótimo; (2) Regular Acima da Média; (3) Regular Abaixo da Média; (4) de Risco.

A Tabela 4 apresenta medidas descritivas da escala do Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) concernentes à Competência e a Problemas psicológicos/comportamentais, incluindo os comportamentos internalizantes e externalizantes.

Tabela 4. Resultados do Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001).

VÁRIAVEL	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Competência em Atividades	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Competência Social	Normal	Clinico	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Competência Total	Limítrofe	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Ansiedade/ depressão	Clínico	Normal	Normal	Limítrofe	Limítrofe	Normal	Clínico
Retraimento/ depressão	Clínico	Normal	Normal	Clínico	Normal	Normal	Normal
Queixas Somáticas	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Problemas de Socialização	Normal	Normal	Normal	Clínico	Normal	Normal	Normal
Problemas de Pensamento	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Problemas de Atenção	Limítrofe	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Comportamento de Quebrar Regras	Normal	Clínico	Normal	Clínico	Clínico	Clínico	Normal
Comportamento Agressivo	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Limítrofe
Problemas Internalizadores	Clínico	Normal	Normal	Clínico	Normal	Limítrofe	Clínico
Problemas Externalizadores	Normal	Clínico	Normal	Clínico	Clínico	Clínico	Clínico
Problemas Totais	Clínico	Normal	Normal	Clínico	Limítrofe	Limítrofe	Limítrofe
Transtornos de Humor	Limítrofe	Normal	Normal	Limítrofe	Normal	Normal	Normal
Transtornos de Ansiedade	Clínico	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
Problemas Somáticos	Limítrofe	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
TDAH	Normal	Clínico	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal
TODO	Normal	Limítrofe	Normal	Limítrofe	Normal	Normal	Normal
TC	Normal	Clínico	Normal	Clínico	Limítrofe	Limítrofe	Limítrofe
TOC	Limítrofe	Normal	Normal	Limítrofe	Normal	Normal	Normal
TEPT	Clínico	Normal	Normal	Normal	Limítrofe	Normal	Clínico
Qualidades Positivas	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal	Normal

Nota: TDAH (transtorno déficit de atenção e hiperatividade); TODO (transtorno desafiador opositor); TC (transtorno de conduta); TOC (transtorno obsessivo compulsivo); TEPT (transtorno de estresse pós traumático).

P1 apresentou fatores como ansiedade, retraimento/depressão, problemas de internalização, estresse pós-traumático e problemas totais classificados como clínicos, problemas somáticos e afetivos classificados como limítrofes.

P2 apresentou resultados clínicos para as variáveis de Competência Social, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Externalizadores, Transtorno de Déficit de

Atenção e Hiperatividade e Transtorno de Conduta. Transtorno Desafiador Opositor classificado como limítrofe.

P3 apresentou todas as variáveis normais. Em análise à documentação enviada pela Vara da Infância e Juventude aos cuidados do abrigo, o adolescente tem histórico de abandono familiar e dificuldades de socialização e cumprir regras, dessa forma o comportamento relatado no Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) difere do comportamento real. Dessa forma foi importante que a pesquisadora analisasse os dados obtidos nos demais instrumentos utilizados para combinar tais resultados. Nessa avaliação da pesquisa foi possível refletir sobre os desafios implicados no uso do autorrelato enquanto instrumento de pesquisa, com ênfase em sua utilização como parte de metodologias de pesquisa.

P4 apresentou resultado limítrofe para as variáveis de Ansiedade/depressão, Transtorno Desafiador Opositor (TDO) e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC). As variáveis de Retraimento/depressão, Problemas de Socialização, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores e Problemas Totais e Transtorno de Conduta foram considerados clínicos.

P5 apresentou resultados na faixa limítrofe nas variáveis Ansiedade/depressão, Problemas Totais, Transtorno de Conduta, Transtorno Estresse Pós Traumático. Comportamento de Quebrar Regras e Problemas Externalizadores foram classificados como clínicos.

P6 apresentou fatores relacionados aos Problemas de Internalização, Problemas Totais e Transtornos de Conduta pontuaram na faixa limítrofe. Comportamento de Quebrar Regras e Problemas de Externalização foram classificados como clínicos.

P7 apresentou as variáveis de Ansiedade/depressão, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores, Transtorno de Estresse Pós Traumático classificados como clínicos. Comportamento Agressivo, Problemas Totais e Transtorno de Conduta foram pontuados na faixa limítrofe.

Na análise dos resultados do Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) foram observadas variáveis classificadas como clínicas, ou seja, passíveis de intervenção psicológica. Entre elas se destacam a competência total, os problemas internalizantes (ansiedade/depressão e retraiamento/depressão) e os problemas externalizantes (problemas de socialização e comportamento de quebrar regras). Foram observadas demais variáveis classificadas como clínicas: transtornos de ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno de conduta (TC) e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Dessa forma percebe-se que tais comportamentos estão associados à maior probabilidade de desenvolvimento do comportamento agressivo e antissocial.

Na análise do Teste de Desempenho Escolar - TDE, que consiste em três tarefas envolvendo: ditado, leitura de lista de palavras e resolução de problemas matemáticos, com os conteúdos escolares de 2º a 7º ano do Ensino Fundamental (Stein, 1994).

Tabela 5. Resultado em Escrita do TDE.

Resultados	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Escore Bruto	14	23	21	15	12	23	11
Classificação	Inferior						
Previsão (EB)	≥ 30	≥ 30	≥ 30	≥ 30	≥ 30	≥ 30	≥ 30
Idade							

A tabela apresenta os resultados em escrita no TDE, percebe-se que todos os participantes apresentaram resultados inferiores à série cursada e a idade.

Tabela 6. Resultado em Aritmética do TDE.

Resultados	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Escore Bruto	14	25	16	17	19	20	14
Classificação	Inferior	Médio	Inferior	Inferior	Inferior	Inferior	Inferior
Previsão (EB)	≥ 30	≥ 23					
Idade							

A tabela apresenta os resultados em aritmética no TDE, percebe-se que P1, P3, P4, P5, P6 e P7 apresentaram resultados inferiores e P2 apresentou resultado na média para à série cursada e a idade.

Tabela 7. Resultados em Leitura do TDE.

Resultados	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Escore Bruto	14	69	59	59	59	70	53
Classificação	Inferior	Superior	Inferior	Inferior	Inferior	Superior	Inferior
Previsão (EB)	≥ 30	≥ 68					
Idade							

Na Tabela 7, são apresentados os resultados em leitura no TDE. Observa-se que 5 participantes apresentaram resultados inferiores e que 2 adolescentes (P2 e P6) obtiveram resultados superiores à idade e série cursada.

Analizando os resultados do Teste de Desempenho Escolar (TDE), percebe-se que todos os adolescentes obtiveram resultados inferiores para a série cursada e/ou idade para a variável de escrita. Na variável aritmética, os resultados foram inferiores a série cursada e/ou idade do adolescente, somente P2 obteve resultado classificado como médio. Na variável leitura, o resultado da maioria foi inferior observando a série cursada e/ou idade, somente dois adolescentes (P2 e P6) obtiveram resultados superiores. Analisa-se dessa forma, que a maioria

dos resultados foram inferiores aos esperados, não estando adequado ao seu nível de aprendizagem escolar. Dessa forma a baixa escolaridade tem se mostrado, um dos principais indicadores que levam os adolescentes a situação de vulnerabilidade social.

Na entrevista semiestruturada coletou-se dados relacionados à atividade laboral. Dentre as questões, analisou-se se adolescente dispunha de carteira de trabalho, a participação em algum curso profissionalizante, a execução de atividade laboral e o tempo disponível para tal, o motivo da saída do último trabalho enumerando algo desagradável relacionado, os aspectos positivos e negativos da atividade laboral, as mudanças ocorridas no cotidiano após exercer alguma atividade laboral, habilidades importantes, o valor do salário e sua utilidade, pensamentos relacionados à importância da atividade e as perspectivas para o futuro.

Analizando os dados da entrevista semiestruturada observa-se que as atividades realizadas pelos adolescentes eram serviços que não envolvem habilidades cognitivas. Sendo que P1 e P3 não realizaram atividades laborais. P2 trabalhou em um quiosque de frutas, P4 tinha experiências com pinturas residenciais, P5 realizou diversas atividades como: vendedor, trabalho rural e reciclagem, P6 exerceu atividades de carregador na CEASA e panificação e P7 trabalhou como auxiliar de cozinha.

Nas respostas à entrevista semiestruturada percebeu-se que P6 e P7 realizaram cursos profissionalizantes (informática), os demais não possuíam nenhuma modalidade de cursos. Quanto ao tempo de atividade exercida, P4, P6 e P7 trabalharam entre 6 meses e 12 meses. Somente P6 exerceu atividade laboral por mais de 12 meses. Os demais adolescentes realizaram atividades de curta duração.

Quanto aos aspectos positivos e negativos relacionados à realização da atividade laboral: P1 relatou que sustentaria a família, P2 compraria a casa própria, P3 relatou que compraria celular, roupas e poderia passear, P4 relatou que com o próprio dinheiro seria forte

para sustentar sua família, P5 contou que não dependeria de mais ninguém, P6 relatou que poderia ter seu próprio dinheiro e comprar coisas que gosta, e P7 relatou que trabalhando teria seu dinheiro de forma honesta. Os pontos negativos foram citados por P1 seria acordar cedo, P7 relata o cansaço e P2 não ter tempo de estudar, os demais não relataram aspectos negativos.

Quanto ao salário recebido pela atividade realizada P2 e P4 recebiam a quantia inferior a 100 (cem) reais, P5, P6 e P7 relataram receber salário na faixa de 100 (cem) a 500 (quinhentos) reais. P1 e P3 não exerceram atividades laborais. Em relação quais habilidades que julgavam importantes para exercer uma atividade seriam: P1, P2 e P7 contaram ser necessário ter estudos e ser responsável, P3 contou que se trabalhasse deveria ser pontual e ter habilidade para aprender o ofício, P4 relatou a necessidade de possuir um currículo, bem como não roubar no ambiente de trabalho, P5 relatou ser importante gostar do trabalho e fazer tudo de forma correta e P6 relatou que era necessário ter vontade de trabalhar e respeito com os demais.

Tabela 8. *Data e tempo de aplicação dos instrumentos do protocolo*

PARTICIPANTE	YSR	IEP	TDE	ENTREVISTA
P1	08/05/15 38 min	22/05/15 16 min	02/06/15 19 min	02/06/15 13 min
P2	08/05/15 25 min	12/06/15 30 min	26/06/15 20 min	26/06/15 15 min
P3	08/05/15 21 min	22/05/15 15 min	02/06/15 32 min	02/06/15 10 min
P4	28/07/15 30 min	07/08/15 20 min	21/08/15 30 min	21/08/15 15 min
P5	28/07/15 40 min	07/08/15 30 min	21/08/15 30 min	21/08/15 15 min
P6	02/06/15 23 min	12/06/15 20 min	26/06/15 23 min	26/06/15 15 min
P7	02/06/15 20 min	12/06/15 14 min	26/06/15 30 min	26/06/15 15 min

De posse dos resultados, o objetivo seria garantir a compreensão de cada adolescente enquanto pessoa, revestido de uma singularidade particular, que tem um plano construído com ele e para ele, que se inicia desde sua recepção na instituição de acolhimento. Esse momento seria de troca de informações, reflexão, discussão e compreensão de cada adolescente como sujeito em desenvolvimento, em seu contexto familiar, escolar, laboral e social bem como seu perfil comportamental e como este pode culminar no desenvolvimento do comportamento antissocial. No apêndice D pode-se observar todos os instrumentos utilizados, no IEP cita-se as práticas parentais de risco, YSR aponta as variáveis clínicas, TDE os resultados inferiores para idade e série cursada, a Entrevista sobre Atividade Laboral aponta-se alguns resultados relevantes para uma conclusão geral desse adolescente, levando em consideração suas características particulares.

DISCUSSÃO

Esse estudo teve como objetivo a utilização de um protocolo para avaliação forense que viabilizasse um atendimento psicológico personalizado para auxiliar na recepção e entendimento das características individualizada do adolescente em situação de risco que foram afastados da família e permanecem em acolhimento institucional. Foram selecionados instrumentos que possibilitam a avaliação de aspectos importantes destas demandas. No total foram analisados sete adolescentes do sexo masculino e utilizados quatro instrumentos diferentes.

Para aplicar, corrigir, analisar a avaliação psicológica foi necessário o tempo médio 60 horas. Esta média é baseada em horas ininterruptas, sendo assim, um tempo prolongado, levando-se em consideração as interrupções decorrentes da dinâmica dos atendimentos aos adolescentes na fundação (atividades escolares, sociais e clínicas), o que influenciava na aplicação dos instrumentos, o que tornaria necessário local e horários agendados para otimizar os atendimentos.

Observou-se que o IEP materno para cinco participantes o resultado geral apontou resultados negativos. Analisou-se que três dos adolescentes apresentaram resultados negativos quanto a prática de monitoria negativa que seria a repetição de instruções, independente de ser seguidas ou não, pelo tom hostil e de cobrança com que são feitas e pela falta de confiança dos pais em relação aos filhos. Em relação à punição inconsistente, quatro participantes apresentaram resultados negativos.

Segundo Gomide (2001), essa prática seria caracterizada pela falha em se usar eficazmente a punição, independente do humor do agente punidor, ou seja, a punição dependente do humor dos pais e não de acordo com o comportamento da criança; assim,

havendo inconstância nas consequências do comportamento do filho, este não sabe como agir e aprende mais a discriminar o humor dos pais do que a agir de forma correta. Segundo Menegatti (2002), ao longo do desenvolvimento da criança, respostas disfuncionais parecem se desenvolver principalmente na relação da criança com seus cuidadores, e, em seguida, na escola; porém, a influência da relação parental permanece como central devido aos vínculos afetivos. A permanência do comportamento indesejado também é uma consequência da punição inconsistente, já que ora é punido, ora não (Gomide, 2003). Quanto à prática de negligência percebe-se que quatro participantes apontaram resultados negativos. Tal prática se caracteriza pela ausência de reforçamento, independente do tipo de comportamento que a criança emita, leva muitas vezes ao desenvolvimento do comportamento antissocial.

Analisou-se que os resultados para as práticas parentais paternas de P1 apresentaram comportamento moral, monitoria positiva, e negligência classificados como de risco. O adolescente não se recorda do convívio com a genitora. Dessa forma analisando-se os resultados do IEP, a monitoria positiva é definida como o conjunto de práticas parentais que envolvem atenção e conhecimento dos pais acerca de onde seu filho se encontra e das atividades desenvolvidas pelo mesmo (Dishion & McMahon, 1998; Gomide, 2001; 2003; 2004; Stattin & Kerr, 2000), dessa forma percebeu-se que sendo tal prática de risco, houve nas interações paternas ausência de afetividade e falta de interesse real pela necessidade da criança.

O comportamento moral, que se refere a uma prática educativa pelo qual os pais transmitem valores como honestidade, generosidade, senso de justiça, fazendo a discriminação do certo e do errado por meio de modelos positivos, mediando a relação com afeto foi avaliada como de risco pelo IEP. Percebeu-se dessa forma, quando tal prática não é consolidada nas relações, há dificuldade da criança de desenvolver a empatia, ações honestas,

crenças positivas sobre o trabalho, reparação ao dano e ausência de práticas antissociais (Gomide, Salvo, Pinheiro & Sabbag, 2005).

P2 apresentou comportamento moral, punição inconsistente, negligência e monitoria negativa sendo classificados como de risco, observando os resultados das práticas parentais maternas. A negligência e disciplina relaxada foram classificadas como de risco nas práticas parentais paternas. Os resultados encontrados apontam que os pais não estavam atentos às necessidades do adolescente, ausentando-se das responsabilidades, omitindo auxiliá-lo, ou quando havia alguma interação dava-se sem afeto, tal prática seria caracterizada pela negligência, que estava presente nas práticas parentais paternas e maternas.

Segundo Bogels et al. (2001) afirma que a falta de calor emocional pode influenciar no desenvolvimento de ansiedade social e dificuldade de construir relações positivas com os outros. Dessa forma sabe-se que a presença da negligencia e das demais práticas negativas citadas estão relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos de mentiras, agressividade, associação com grupos desviantes, uso e abuso de drogas, insegurança, falta de autoestima, desafio a regras e normas sociais, baixo repertório de comportamentos próssociais e incapacidade de manter vínculos duradouros (Gomide, 2004).

Os dados de P3 quanto às práticas parentais paternas foram classificadas de risco para as práticas de monitoria positiva, comportamento moral e disciplina relaxada, bem como a punição inconsistente abaixo da média. O adolescente por não ter convivido com a genitora não respondeu ao IEP quanto às práticas parentais maternas, somente as variáveis da relação parental paterna foram observadas. Percebe-se que as tais práticas apontam o comportamento moral, a monitoria positiva e a disciplina relaxada como de risco. Tal prática envolve um processo de modelagem de papéis na identificação e nas interações humanas, no que se refere principalmente a normas e valores transmitidos por meio do modelo parental.

Analisou-se a ausência da reflexão sobre o comportamento da criança, como citado por Gomide (2004), há necessidade dos pais ensinarem a se colocar no lugar dos outros e propiciar situações para que ela repare seus atos no intuito de promover reflexões, desenvolver a empatia e em consequência o comportamento moral. Em relação à monitoria positiva, segundo a autora, o apoio e o amor dos pais são a base e unida ao interesse real pela criança, cria o ambiente propício para o desenvolvimento infantil, afastando a necessidade da fiscalização estressante por parte dos pais, dessa forma na ausência dos mesmos, há maiores possibilidades de comportamentos de risco por parte do adolescente, ou seja, o desenvolvimento de comportamentos antissociais, demonstrando haver correlação positiva entre apego familiar e comportamentos próssociais.

A disciplina relaxada outra prática parental de risco observada nos resultados do IEP, seria caracterizada pelo não cumprimento de regras estabelecidas, os pais ameaçam e quando se confrontam com comportamentos opositores e agressivos dos filhos se omitem, não fazendo valer as regras (Gomide, 2004). O adolescente dessa forma, segundo Patterson et al. (1992) estará em potencial situação de risco para o desenvolvimento de comportamentos delinquentes, uma vez que os comportamentos de agressividade e de oposição encontram em tais práticas campos propícios para o seu desenvolvimento.

Quanto aos resultados de P4 foi possível analisar as práticas parentais maternas. O adolescente não respondeu as questões relativas às práticas parentais paternas por não conhecer o genitor. Na análise percebeu-se que as práticas de monitoria positiva, disciplina relaxada e monitoria negativa apresentaram resultados de risco. Tal resultado aponta que quando havia alguma monitoria de atividades realizadas pelo adolescente era de forma negativa predominando uma supervisão estressante, caracterizada pela excessiva fiscalização sendo que as ordens dadas não eram seguidas, o que facilitava uma relação hostil e insegura entre o adolescente e a genitora. Outra variável na prática parental materna observada foi a

disciplina relaxada, tal ocorre quando as regras determinadas, são desrespeitadas ou esquecidas pela mãe, não fazendo valer as regras que ela própria determina. Dessa forma se percebe no resultado geral as práticas parentais negativas maternas como de risco.

Os dados de P5 apontam que as práticas parentais maternas foram de risco para as variáveis: monitoria positiva, punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada e abuso físico. As práticas parentais paternas foram classificadas como de risco para monitoria positiva, punição inconsistente e disciplina relaxada. Analisando as práticas parentais, percebe-se que a monitoria positiva classificada de risco, está presente nas relações entre os pais e o adolescente, dessa forma, sabe-se que a monitoria positiva envolve demonstrações de afeto e carinho dos pais, principalmente relacionadas aos momentos de maior necessidade da criança, que não acontecia no cotidiano do adolescente.

No estudo de Salvo, Silvares e Toni (2005) a prática parental materna classificada como de risco para monitoria positiva aliada à falta de monitoria positiva paterna e a disciplina relaxada foram práticas preditoras dos problemas de comportamento. Nesse caso, a disciplina relaxada é caracterizada pela baixa capacidade dos pais em fazerem valer regras e acordos nas suas interações com os filhos, levando a um ambiente instável na família. Segundo Malagris e Castro (2000), mães com dificuldades em manter na família um ambiente seguro, devido a sua própria ansiedade, podem transmitir insegurança para seus filhos, influenciando o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão e de outros transtornos internalizantes na infância, devido ao apego inseguro. Salvo, Silvares e Toni (2005) aponta para os males da negligência, que por se caracterizar pela ausência de reforçamento, independente do tipo de comportamento que a criança emita, influencia o desenvolvimento do comportamento antissocial, como apontam diversas pesquisas com crianças institucionalizadas ou abandonadas na própria família.

Nos resultados das práticas parentais maternas, o abuso físico aparece como de risco. Estas práticas podem provocar emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade, interferindo na capacidade da criança para ajustar seu comportamento à situação (Hoffman, 1975). Na perspectiva social, o risco de abuso físico intrafamiliar está relacionado ao isolamento social, à falta de uma rede de apoio social e afetivo e aos eventos de vida estressantes, como dificuldades financeiras e desemprego (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003).

P6 apresentou as seguintes práticas parentais maternas de risco: monitoria positiva, comportamento moral, punição inconsistente, negligência e disciplina relaxada. As práticas parentais paternas apresentaram resultados de risco para monitoria positiva, punição inconsistente, negligência, monitoria negativa e abuso físico.

Segundo Gomide, Salvo, Pinheiro e Sabbag (2005) quando se fala de monitoria positiva e comportamento moral, aquelas que contribuem para o desenvolvimento da autoestima positiva, habilidades próssociais, empatia, valores morais e repertório para a resolução de problemas, qualquer valor igual ou abaixo de oito pontos já indica grande risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais, ocorrendo o mesmo para o comportamento moral materno quando se obtém sete ou menos pontos. Em crianças e adolescentes, o transtorno de oposição desafiante é mais prevalente em famílias nas quais o cuidado da criança é perturbado por uma sucessão de cuidadores diferentes ou famílias nas quais são comuns práticas agressivas, inconsistentes ou negligentes de criação dos filhos, o que foi analisado nos dados do adolescente (M.M. Rocha, 2012).

Os resultados das práticas parentais maternas de P7 foram classificados de risco para as práticas de punição inconsistente, negligência e abuso físico. As práticas parentais paternas não foram analisadas, pois o adolescente desconhece seu genitor. Segundo Widom (1997)

negligência seria a omissão dos pais ou cuidador em prover à criança alimentação, vestuário, proteção, abrigo e cuidados da saúde, dessa forma a negligência é a atitude parental que prejudica a criança pela falta de cuidado e supervisão, fato presente na relação entre o adolescente e a genitora.

Outra prática negativa observada foi a punição inconsistente, sabe-se segundo Gomide (2004), que a falha em se usar eficazmente a punição, tornando-a dependente do humor do agente punidor e não do comportamento emitido, resulta na inconstância das consequências, ora punindo, ora ignorando, ora aplaudindo um comportamento em função do estado emocional dos pais, permite que o educando aprenda a discriminar o humor dos pais e não a adequação do comportamento.

Segundo Carvalho e Gomide (2005) os filhos que sofrem a punição inconsistente tendem a ter maior dificuldade em discriminar o certo e o errado, o que ocasiona uma formação de valores morais distorcida. O abuso físico foi relatado pelo adolescente em diversas ocasiões, dessa forma, Strauss, Sugarman e Sims (1997) cita possíveis relações entre o abuso físico na infância e o desenvolvimento de comportamento antissocial demonstrando que quando pais usam punições físicas para reduzir comportamento antissocial, o efeito tende a ser o oposto, isto é, incrementar esse tipo de atitude. Dessa forma as práticas educativas negativas estão correlacionadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial em crianças e adolescentes (Gomide, 2004).

As práticas parentais de risco são vinculadas a uma cadeia de causas que inicia com comportamentos desviantes na infância, podendo levar à associação de pares desviantes e resultando no comportamento antissocial na adolescência (Patterson et al., 2002). De acordo com Gomide (2003) as práticas educativas que podem levar ao desenvolvimento de comportamentos antissociais são chamadas de práticas educativas negativas, sendo cinco

práticas pesquisadas: negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria estressante. Diferentemente as práticas educativas positivas (Gomide, 2006) promovem comportamentos próssociais, boa autoestima e sucesso acadêmico. São elas: a monitoria positiva e comportamento moral.

Buscando investigar quais os comportamentos externalizantes presentes no desenvolvimento do comportamento antissocial, foi utilizado no protocolo, o inventário Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001), sendo que nos resultados surgiram problemas envolvendo agressividade, impulsividade, problemas de atenção, delinquência, depressão e retraimento.

Dessa forma os problemas de comportamento são agrupados em fatores de internalização e externalização, este primeiro subdividindo-se em Isolamento, Queixas Somáticas e Ansiedade/Depressão, enquanto a escala de externalização encontra-se subdividida em Quebrar Regras e Comportamento Agressivo. Os comportamentos internalizantes podem privar a criança de interação com o meio, dessa forma, o sujeito pode evitar uma interação com pares e adultos.

Os comportamentos externalizantes segundo Coplan, Findlay e Nelson, (2004) podem gerar conflitos e provocar rejeição de pais, professores e colegas, ambos dificultam o desenvolvimento comportamental. Os termos "internalização" e "externalização" foram citados por Wangby, Bergman e Magnusson (1999), apontando para o fato de que problemas de externalização envolvem conflitos com o ambiente, enquanto problemas de internalização envolvem conflitos com o *self*.

Na análise dos resultados de P1, fatores como ansiedade, retraimento/depressão, problemas de internalização, estresse pós-traumático e problemas totais foram classificados como clínicos. Segundo Reijntjes et al., (2010) os problemas somáticos e afetivos foram

classificados como limítrofes. Percebeu-se que o adolescente apresentou indicadores de problemas internalizantes que poderá influenciar na maior probabilidade de ocorrer rejeição ou vitimização por pares, de apresentar déficits no desempenho acadêmico e de desenvolver depressão ou transtornos de ansiedade (Toumbourou et al., 2011).

Na análise do IEP as práticas paternas de comportamento moral e monitoria positiva foram de risco, dessa forma Diclemente et al. (2001) atesta para a importância da supervisão ou monitoria parental na prevenção de problemas de comportamento na adolescência, bem como para a presença de monitoria negativa associada à ansiedade e depressão. Segundo Rubin e Coplan (2004) afirmam que práticas de socialização parentais excessivamente controladoras tendem a suprimir a ação das crianças, reduzindo sua variabilidade comportamental e desencorajando a autonomia.

P2 apresentou variáveis clínicas: Competência Social, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Externalizadores, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno de Conduta, sendo o Transtorno Desafiador Opositor classificado como limítrofe. O termo antissocial também pode ser encontrado com frequência associado a quadros como o de Transtorno da Conduta e o de Transtorno Desafiador Opositivo. Segundo Patterson et al. (1992), os comportamentos antissociais são componentes centrais desses dois transtornos. Além dos dois quadros clínicos citados, outro transtorno psiquiátrico comumente associado à presença de comportamentos antissociais é o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH).

Segundo DSM-5 (2013) foi colocado junto aos transtornos do neurodesenvolvimento, mas os mesmos dados também ofereciam forte respaldo para colocá-lo junto aos transtornos disruptivos, do controle de impulsos e de conduta. Esse transtorno está associado a desempenho escolar e sucesso acadêmico reduzido, rejeição social e, nos adultos, piores

desempenho, sucesso e assiduidade no campo profissional e a maior probabilidade de desemprego, além de altos níveis de conflito interpessoal. Segundo o manual citado, crianças com TDAH apresentam uma probabilidade significativamente maior do que seus pares para desenvolver transtorno da conduta na adolescência e transtorno da personalidade antisocial na idade adulta.

Analizando os resultados de P3 no inventário Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) percebe-se que segundo Achenbach et al. (2008), apesar de todos os métodos estarem sujeitos a erros, uma boa avaliação clínica exige a combinação de instrumentos de avaliação, incluindo questionários, observação, entrevistas e testes. Analisando todos os resultados de P3, percebe-se que práticas educativas parentais foram de risco para as variáveis: monitoria positiva, comportamento moral, disciplina relaxada e abaixo da média para a punição inconsistente. No Teste de Desempenho Escolar-TDE (Stein, 2011) (escrita, aritmética e leitura) o desempenho acadêmico foi inferior a sua idade e série cursada; e as questões da entrevista semiestruturada revelaram que o mesmo não possui planejamento de futuro, atividades laborais anteriores e não fez cursos profissionalizantes.

Dessa forma, há questionamentos sobre P3 não possuir conhecimento sobre o próprio comportamento, pois tal depende da auto-observação e da exposição do indivíduo a estímulos decorridos de seu próprio comportamento (Kohlsdorf & Júnior, 2009), que pode não estar ainda bem definido no participante em questão, ou P3 pode ter desenvolvido repertório de enfrentamento diante das situações adversas ao qual foi submetido. É possível o indivíduo estar num ambiente desadaptativo e não ser influenciado por ele, atribuindo assim, um significado diferente para o problema (Junqueira & Deslandes, 2003). Os fatores de proteção desempenham um papel fundamental na modificação da resposta do indivíduo aos processos de risco (Haack et al. 2012).

P4 apresentou resultado limítrofe para as variáveis de Ansiedade/depressão, Transtorno Desafiador Opositor (TDO) e Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC). As variáveis de retraimento/depressão, Problemas de Socialização, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores e Problemas Totais e Transtorno de Conduta foram considerados clínicos. Analisando os resultados percebe-se que tais estão relacionados aos impactos ou ausência de relação entre as práticas educativas e habilidades sociais parentais e problemas externalizantes/agressividade. É importante ressaltar que as práticas educativas coercitivas estiveram relacionadas à presença de problemas externalizantes/agressividade (Alvarenga & Piccinini, 2001).

Supõe-se também que o comportamento conflituoso ou agressivo manifestado pelo adolescente pode ser decorrente de sua forma de lidar com situações vivenciadas no seu cotidiano, sendo uma reprodução da violência sofrida ou testemunhada por ele (Achenbach, 2001). Segundo Feldman (1997) o adolescente que viveu em um ambiente com carência de afeto poderá prejudicar o outro sem remorsos, pois os vínculos afetivos que sequer foram desenvolvidos com os pais não poderão ser generalizados para estranhos e o impacto da negligência no desenvolvimento infantil pode gerar crianças passivas e com déficits comportamentais.

As variáveis observadas em P5, Comportamento de Quebrar Regras e Problemas Externalizadores foram classificados como clínicos. As variáveis Ansiedade/depressão, Problemas Totais, Transtorno de Conduta, Transtorno Estresse Pós Traumático foram classificadas como limítrofes. Analisa-se que as manifestações externalizantes refletem as trocas contínuas entre a criança a as interações sociais e os contextos sociais e/ou cuidadores levando em consideração suas características. P5 apresenta os problemas externalizantes como clínicos, sendo muitas vezes antissocial e problemas externalizantes serem considerados sinônimos, devido a semelhanças importantes entre as duas condições (Pacheco et al., 2005).

Segundo Chen et al. (2003) os problemas externalizantes podem ser preditores da depressão e relacionados à percepção negativa da autoestima.

Na análise dos resultados o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) foi classificado como clínico, em muitos casos, segundo Ford et al. (2003) relata que crianças diagnosticadas com comportamento disruptivo ou de quebrar regras apresentam TEPT de uma forma mais grave que as outras. D'Abreu e Marturano (2010) verificaram associação entre baixo desempenho escolar e problemas externalizantes, como é o caso do TDAH, destacando o mau prognóstico às crianças, como comorbidades com transtornos psiquiátricos, posteriores problemas acadêmicos e de comportamento antissocial, o que evidencia a situação de risco psicossocial em que se encontram tais crianças.

Os resultados de P6 apresentaram Problemas de Internalização, Problemas Totais e Transtornos de Conduta na faixa limítrofe e Comportamento de Quebrar Regras e Problemas de Externalização classificados como clínicos observados no Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001). Marinho (2003) indica que crianças com comportamentos externalizantes apresentam grandes chances de se tornarem adultos agressivos e antissociais. O comportamento agressivo e o comportamento de violação de regras são comportamentos antissociais, que podem estar presentes no Transtorno da Conduta e no Transtorno Desafiador Opositivo (Pesce, 2009). Analisando os resultados relacionados aos problemas de internalização, quanto maior a afetividade nas relações parentais, menores serão os escores dos sintomas internalizantes (Hess & Falcke, 2013). Linares et al. (2011) aponta uma correlação positiva de práticas educativas negativas com problemas internalizantes e externalizantes dos filhos, e práticas educativas positivas negativamente correlacionadas com problemas externalizantes.

P7 apresentou as variáveis de Ansiedade/depressão, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores, Transtorno de Estresse Pós Traumático classificados como clínicos. Comportamento Agressivo, Problemas Totais e Transtorno de Conduta foram pontuados na faixa limítrofe. O TEPT afeta a qualidade de vida de crianças e adolescentes, caracterizando-se por diversos sintomas como: esquiva persistente de estímulos associados ao evento traumático; sintomas de excitabilidade tais como irritação e dificuldade de se concentrar (Ximenes 2011).

Na infância e adolescência a exposição à violência é grande e, comumente, surge em conjunto com outras vulnerabilidades psicossociais, deixando a criança e o adolescente mais vulnerável para lidar com situações estressantes (Kahn T. et al., 1999). Problemas externalizantes possuem natureza complexa e podem prejudicar o desenvolvimento infantil, nas esferas social, emocional e cognitiva (Chen et al., 2003), podendo se estender para outras fases do desenvolvimento, culminando no surgimento de psicopatologias mais severas.

Observou-se nos resultados do Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) que P2, P4, P5, P6 e P7 apresentaram fatores relacionados a comportamentos de quebrar regras, transtorno de conduta, problemas de competência social, déficit de atenção, problemas de externalização e estresse pós-traumático, classificados como clínicos. Agressividade, comportamentos desafiador opositor, problemas totais classificados como limítrofes sendo classificados como problemas externalizantes.

Os problemas externalizantes constituem importante foco de pesquisas em psicopatologia da infância. Tais problemas envolvem queixas de agressividade, impulsividade, problemas de atenção e delinquência (Lambert, Wahler, Andrade & Bickman, 2001). Em geral, são considerados indicadores iniciais do comportamento antissocial infantil e podem evoluir para transtornos, como o Transtorno de Conduta e o Transtorno Desafiador

Opositivo. Segundo Achenbach (2000), os problemas externalizantes são manifestações comportamentais que se voltam contra o ambiente. Por essa característica, as dificuldades externalizantes podem ser mais facilmente identificadas por observadores externos, como pais, professores ou cuidadores.

Os adolescentes P2, P4, P5, P6 e P7 relataram uso e abuso de drogas (maconha e cocaína). P1 e P3 relataram não fazerem uso de drogas. Analisou-se que em todos os adolescentes as práticas parentais são ineficazes ou de risco, principalmente a monitoria positiva, que seria definida como o conjunto de práticas parentais que envolvem atenção e conhecimento dos pais acerca de onde seu filho se encontra e das atividades desenvolvidas por ele (Gomide, 2001), bem como o comportamento moral que seria uma prática educativa pelo qual os pais transmitem valores como honestidade, generosidade e senso de justiça, fazendo a discriminação do certo e do errado por meio de modelos positivos, sempre mediando a relação com afeto, tal prática foi considerada de risco.

Os resultados de P1, P4 e P7 apontaram variáveis relacionadas à ansiedade, retraimento, problemas internalizantes, transtorno de ansiedade sendo classificados como clínicos, apresentando classificação limítrofe para as variáveis de transtornos de humor. Analisando os dados dos participantes citados se percebeu associações entre os problemas internalizantes na adolescência e diversas variáveis familiares, segundo Spruijt e Duindam (2005) tais como: configuração familiar, suporte familiar, conflito familiar, violência familiar, estabilidade das rotinas familiares, comportamento parental e nível socioeconômico das famílias. O clima e o suporte familiar mostram-se relacionados com a diminuição dos sintomas internalizantes (Ozer, 2005). Adolescentes com resultados nas faixas clínicas e limítrofes são aqueles encaminhados aos serviços de saúde, pois se considera a necessidade de ajuda profissional (M.M. Rocha, 2012).

Collins et al. (2000) afirmam que embora para o envolvimento do adolescente em atividades antissociais possa haver influência de pares com tais comportamentos, as relações familiares, principalmente na infância, pode contribuir para que muitos adolescentes participem de grupos antissociais. Incluem-se nessas interações familiares práticas educativas coercitivas e punitivas, que contribuem para o desenvolvimento de agressão e fracasso escolar; estes, por sua vez, levam a comportamentos antissociais, pois as famílias estimulam estes comportamentos por meio de disciplina inconsistente, pouca interação positiva, pouco monitoramento e supervisão insuficiente das atividades da criança (Ferreira & Marturano, 2002).

Nos participantes P2, P4, P5, P6 e P7 as práticas educativas maternas ou paternas envolvem negligência, ausência de atenção e de afeto. Bolsoni-Silva e Marturano (2002) afirmam que para que os pais promovam comportamentos socialmente habilidosos nos filhos seria necessário que tais se comportem valorizando as interações sociais positivas, como, por exemplo, comunicando-se, sendo afetivos, sendo consistentes, dizendo não com explicação, resistindo a pressões e elogiando comportamentos socialmente habilidosos.

Segundo Ferreira e Maturano (2002) os comportamentos externalizantes tendem a ser mais estáveis que os internalizantes e têm curso e prognóstico menos favoráveis, particularmente os componentes de agressividade, impulsividade e tendências antissociais que representam as formas mais comuns e persistentes de desajustamento e são na adolescência de distúrbios de conduta. Os adolescentes com problemas externalizantes, segundo Olson, Bates, Sandy e Lanthier, (2000) sofrem rejeição pelos companheiros, conflitos com a família e professores, fracasso escolar, dificuldades ocupacionais, além do desenvolvimento de comportamentos socialmente desviantes. De acordo com Patterson et al. (1992) na infância pode-se desenvolver a conduta antissocial, a partir das interações sociais estabelecidas entre a criança e o meio, principalmente sua família, estando sujeita a modificações, devido ao

desenvolvimento da criança quanto ao surgimento de novas demandas no ambiente onde está inserida.

A associação entre comportamentos externalizantes e habilidades acadêmicas pobres é citado por Dodge e Pettit, (2003). Problemas tais como baixo autoconceito, repertório limitado de habilidades sociais, presença de comportamentos problemáticos, desempenho acadêmico insatisfatório, conflitos no relacionamento com os pais e períodos de transição conturbados no processo de desenvolvimento, podem ser resultantes de dificuldades anteriores na história de vida do adolescente e se tornam fatores de risco para uma gama de problemas na adolescência e também na fase adulta (Schenker & Minayo, 2005).

O Teste de Desempenho Escolar - TDE segundo Brito et al. (2012) avalia de forma padronizada o desempenho em provas de leitura, escrita e aritmética, é direcionado para a avaliação de estudantes dos 2º a 5º anos. O desempenho escolar pode ser entendido como uma tentativa de compreender o quanto um escolar consegue acompanhar os conteúdos propostos para a série a qual pertence (Tonelotto, Fonseca, Tedrus, Martins, Gibert, Antunes & Pensa, 2005). Essa pesquisa utilizou o TDE no protocolo, na busca de qualificar o desempenho dos adolescentes nas competências básicas da linguagem (escrita, aritmética e leitura) que são códigos de comunicação importantes para a vida do ser humano em sociedade.

Segundo Tonelotto (2002) a escolarização requer uma série de competências que se constituem como pré-requisitos para as aprendizagens que se processarão. Nesse período constatam-se interferências positivas e/ou negativas de uma gama de fatores tanto de ordem interna quanto externa, próprios do indivíduo, da escola ou do seu ambiente. Dessa forma foram analisadas suas habilidades apesar de considerar que os resultados obtidos em testes de desempenho escolar não são conclusivos e devem ser utilizados conjuntamente com outros instrumentos quando a finalidade é diagnóstica.

Nos resultados da escrita no TDE, observou-se que todos os participantes apresentaram resultados negativos à sua idade e/a série cursada. Smith e Strick (2001) afirmam que a característica principal da dificuldade de aprendizagem é o baixo rendimento, ou desempenho, em atividades de leitura, escrita ou cálculo matemático apresentado por escolares em relação ao que se poderia esperar de acordo com sua inteligência e oportunidades. Analisando os resultados, todos os participantes, em destaque, P2, P4, P5, P6 e P7 os aspectos relacionados aos problemas externalizantes estão associados ao desempenho escolar pobre. Hinshaw (1992) aponta que na infância, desatenção e hiperatividade têm maior associação com desempenho acadêmico que agressividade, no entanto, na adolescência, comportamento antissocial e delinquência estão claramente ligados a problemas acadêmicos.

Nos resultados em aritmética no TDE, observou-se que P1, P3, P4, P5, P6 e P7 apresentaram resultados inferiores e P2 apresentou resultado médio à sua idade e/ou a série cursada. Os conhecimentos e as habilidades matemáticas fazem parte da vida do ser humano desde muito cedo, oportunizados tanto por tarefas habituais quanto por aquelas oriundas de demandas sociais. A capacidade da criança de se apropriar do cálculo pode ser entendida como uma operação ou uma série delas, que tem como objeto os números.

Espera-se que os jovens desenvolvam capacidade de raciocínio matemático, utilizem ferramentas e conceitos matemáticos; que sejam capazes de descrever, explicar e prever fenômenos. Estes adolescentes ao ingressarem no ambiente escolar, passam a repetir o padrão de comportamentos externalizantes, que, somando-se às dificuldades dos professores em lidar com as mesmas, faz com que comportamentos inadequados persistam, prejudicando a aprendizagem e a socialização (Pesce, 2009). Afinal, dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento são duas variáveis bidirecionais, isto é, são causas e efeitos simultaneamente, havendo uma relação entre elas (Marturano, Linhares & Parreira, 1993).

Foram analisados os resultados em leitura no TDE na tabela 7. Observou-se que P1, P3, P4, P5 apresentaram resultados inferiores e que P2 e P6 obtiveram resultados superiores à idade e série cursada. P2 relatou que apesar de abandonos e acolhimentos em diversos abrigos, não abandonara os estudos, cursando a série correspondente à sua idade.

O adolescente P6 obteve resultado acima da média relatando ter hábitos diários de leitura, porém com dificuldades de interpretação. Existe relação entre o estilo parental, práticas educativas e comportamentos de crianças e adolescentes, uma vez que ao se entender a família como um contexto de grandes reforçadores na infância e o desempenho acadêmico como uma classe de respostas multideterminada, afetada por diversas condições culturais, familiares, socioeconômicas, comunitárias e escolares, é possível supor que as práticas educativas parentais exerçam algum controle sobre essa classe de comportamentos (Toni & Hecaveí, 2014).

Adolescentes com dificuldades de aprendizagem e com problemas de comportamento, segundo Cia et al. (2008) apresentam pouco envolvimento e suporte dos pais, menor nível socioeconômico, menos recursos no ambiente familiar, maior número de eventos adversos (nas relações parentais, na vida pessoal e escolar e problemas nas relações interpessoais) e adversidades do ambiente familiar (práticas educativas inadequadas, problemas no relacionamento pais e filhos). Segundo Sapienza, Aznar-Farias e Silvares (2009) adolescentes pouco valorizados por seu desempenho escolar e cujos pais utilizam práticas educativas negativas (inconsistentes, autoritários ou negligentes e mantém interações negativas com os filhos) obtêm um desempenho escolar mais baixo, além de apresentarem condutas de isolamento e agressividade.

Os resultados de todos os participantes na variável escrita apontaram escores inferiores ou abaixo da média, para a variável aritmética de todos os participantes somente P2

apresentou resultado médio e P1, P3, P4, P5, P6 e P7 apresentaram resultados inferiores a variável leitura de acordo com a idade e a série cursada. Analisando os resultados de P2 percebe-se que no Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) apresentou TDAH , segundo Pisecco et al. (1996) as variáveis observadas em crianças e adolescentes com esse transtorno segundo pais e professores foram a habilidade de leitura, problemas de comportamento, sintomas de desatenção e hiperatividade e transtorno de conduta.

Os resultados do TDE de uma forma geral e as práticas parentais maternas e paternas apontam que há relação entre baixo desempenho escolar, crenças de autoeficácia fracas e avaliação de dificuldades comportamentais por parte dos pais, principalmente a negligência como citado, por Medeiros, Loureiro, Linhares e Marturano (2000). A monitoria positiva inibe o desenvolvimento de condutas antissociais em crianças e adolescentes, a negligência e o espancamento apresentam alta correlação com comportamentos infratores (Gomide, 2001). D' Abreu e Marturano (2010) observaram que o comportamento antissocial na infância prediz fortemente delinquência, especialmente em meninos, além de causar prejuízo à leitura por reduzir envolvimento com as tarefas acadêmicas.

De acordo com os resultados do IEP, as práticas analisadas, tanto maternas quanto paternas, foram consideradas na avaliação como de risco ou regular, tais resultados reforçam os resultados encontrados no YSR. Percebe-se que segundo Patterson et al. (1992) a efetividade do comportamento antissocial está relacionada principalmente às características da interação familiar, à medida que os membros da família treinam diretamente esse padrão comportamental na criança. O estilo autoritário e as práticas coercitivas como, por exemplo, as punições corporais mostram-se associados a problemas de comportamento externalizantes e internalizantes dos filhos (Alvarenga & Piccinini, 2001).

Os resultados analisados em P1, P3, P4, P5, P6 as variáveis de escrita, aritmética e leitura inferiores ou abaixo da média apontam que problemas de atenção levam ao baixo desempenho escolar, e que problemas de atenção associados a problemas de conduta resultam em baixo desempenho escolar e comportamento antissocial, modelo proposto por Fergusson et al. (1993). Quanto maior a frequência da participação de ambos os pais nas atividades escolares e a comunicação entre pais e filhos, melhor será o desempenho escolar das crianças no que diz respeito à leitura, escrita e aritmética (Cia, Pamplin & Williams, 2008).

Os genitores dos adolescentes pesquisados em geral apresentaram mais práticas educativas negativas, principalmente disciplina relaxada, negligência e monitoria negativa e abuso físico. Esses pais demonstram pouca atenção e afeto, têm dificuldades para responder às iniciativas dos filhos para o diálogo, estabelecem muitas regras, independente de serem cumpridas, relaxam as regras estabelecidas e punem fisicamente seus filhos, conforme indicado no IEP. Segundo Chen et al. (1997) poderia haver alguma relação entre práticas educativas negativas e baixo desempenho acadêmico.

Dessa forma, torna-se necessário, para todos os adolescentes participantes, compreensão das queixas escolares, sendo válida a elaboração junto com a equipe pedagógica, de programas de intervenção, a partir das articulações dos aspectos psicológicos e educacionais. A vivência de situações de baixo rendimento escolar está relacionada não apenas sentimentos tais como baixa autoestima, mas também influencia na capacidade produtiva do indivíduo, na aceitação pelos pares etários e familiares e em outras áreas do desenvolvimento (Mazer, Bello & Bazon, 2009).

A dificuldade de aprendizagem é um fator de risco para problemas psicossociais ou quando existem fatores de risco que predispõem a criança a desenvolver problemas de aprendizagem no futuro. Segundo Borges (2001) seria importante analisar as condições

escolares de cada um, pois tal individualização seria importante para a elaboração de programas de intervenção que visam à redução e prevenção de consequências psicossociais associadas.

Além das características individuais dos adolescentes, a estrutura familiar, os aspectos relacionais e as características dos pais podem estar vinculados ao surgimento de problemas emocionais e de comportamento (Avanci, Assis & Oliveira, 2008). Esses comportamentos podem trazer dificuldades de interação do adolescente com seus pares e adultos de sua convivência, pois dificulta o seu acesso a novas contingências de reforçamento e consequente redução de possibilidades de expansão de repertórios (Bolsoni-Silva, Paiva & Barbosa, 2009).

Quanto às atividades laborais foi realizada uma entrevista semiestruturada, buscando compreender informações sobre o cotidiano dessas práticas e os benefícios que tal pode proporcionar no desenvolvimento de cada adolescente. Segundo Mattos e Chaves (2010), a inserção na vida produtiva é um dos processos que marcam a transição para a vida adulta e o enfrentamento das responsabilidades adultas (autorregulação, organização pessoal e financeira, lidar com cobranças e riscos). Essa fase de transição, de mudanças, de adaptação e de ajustamento é, de acordo com Almeida e Pinho, (2008), um momento de confronto entre o fim da infância e as reais exigências, seja de uma profissão ou tarefa específica, seja do mundo adulto como um todo.

Analizando os dados da entrevista semiestruturada quanto a P1 percebe-se que não possui carteira de trabalho, não exerceu atividades laborais, não realizou cursos profissionalizantes, relatando o aspecto positivo do trabalho a possibilidade de sustentar a família, não possuindo nenhum interesse na realização de qualquer atividade. Na análise dos resultados de P1 do Youth Self Report - YSR – Inventário de Autoavaliação para Jovens

(Achenbach & Rescola, 2001), fatores como ansiedade, retraimento/depressão, problemas de internalização, estresse pós-traumático e problemas totais foram classificados como clínicos.

De modo geral, crianças socialmente retraídas têm mais chances de experimentarem, de forma recorrente, dificuldades nas interações e nas relações sociais com seus pares (Kingery, Erdley, Marshall, Whitaker, & Reuter, 2010) sentindo-se infelizes e solitárias, o que poderia dificultar no início e desenvolvimento de atividades laborais. De acordo com Rubin et al., (2010) esses adolescentes ficariam mais susceptíveis a enfrentar problemas escolares e a desenvolverem transtornos mentais como depressão, ansiedade, baixa autoestima e queixas somáticas.

P2 não possuía carteira de trabalho, realizava curso profissionalizante na instituição e atividade laboral na venda de frutas por uma semana e acabou sem receber a remuneração combinada. Relatou o fato de possuir estudos e responsabilidade seriam habilidades fundamentais para manter uma atividade laboral. Nos resultados do Youth Self Report - YSR – Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001) apontou que o adolescente tem classificação clínica de TDAH o que pode dificultar a focalização e sustentação da atenção, apresentando distração fácil por estímulos internos e externos; sendo em algumas situações incapaz de filtrar estímulos, perdendo o foco quando lê, apresentando inconstância e abandono precoce no que se envolve.

P3 não possuía carteira de trabalho, nunca realizou nenhuma atividade laboral, percebe o trabalho como oportunidade de comprar bens (celular e roupas). Analisando os resultados de P3, percebeu-se que práticas educativas parentais foram de risco para as variáveis: monitoria positiva, comportamento moral, disciplina relaxada. Dessa forma, a valorização e o entendimento do que o adolescente aprende com a experiência do trabalho e o quanto isso é importante para uma inserção futura no mercado não foi fornecido pela família, bem como a

importância dessa aprendizagem para o crescimento profissional, principalmente ao ganho pessoal, valorização e autoestima.

Levando em consideração os aspectos acadêmicos todos os resultados (escrita, leitura e aritmética) do Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 2011) foram abaixo da média para idade e serie cursada, demonstrando que fatores como problemas nas relações interpessoais, falhas parentais quanto à supervisão, monitoramento e suporte, menor investimento dos pais no desenvolvimento das crianças, práticas punitivas e modelos adultos agressivos estão presentes entre as crianças com baixo desempenho escolar (Ferreira & Marturano 2002).

P4 relatou não possuir carteira de trabalho, realizou atividades como pintor, porém sentia-se desmotivado para a atividade, porque precisa subir nos andaimes, recebia a quantia de 100 reais, que gastava com drogas, roupas e ajudava a mãe. As variáveis de Retraimento/depressão, Problemas de Socialização, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores, Problemas Totais e Transtorno de Conduta foram considerados clínicos no Youth Self Report - YSR – Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001). De acordo com Brasil (2003) o uso de substancia pode aumentar o índice de abandono escolar e o rompimento de laços sociais, como a ruptura de meios de suporte e vínculos familiares, influenciando o desenvolvimento de atos infracionais.

P5 não possuia carteira de trabalho, realizou atividades laborais com materiais reciclados, vendeu lanches e trabalhou no campo, contou que o trabalho seria importante para não depender financeiramente dos outros, e que para conseguir um trabalho precisa respeitar os demais e fazer as atividades de forma correta. Com o salário recebido comprava comida e ajudava o pai. Os dados de P5 apontam que as práticas parentais foram de risco no IEP (Gomide, 2006) para as variáveis: monitoria positiva, punição inconsistente, negligência,

disciplina relaxada e abuso físico. Dessa forma entende-se que o adolescente destaca a valorização da oportunidade de ajudar financeiramente em casa, pagar despesas com alimentação, moradia, água, luz e também as próprias despesas. Isso representa uma inversão de papéis, pois o jovem assume responsabilidades que deveriam ser dos pais, como cita o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

P6 relatou possuir carteira de trabalho, fez curso profissionalizante (informática), trabalhou 1 ano em um restaurante. Os aspectos positivos citados foi que trabalhar seria a forma de ganhar dinheiro honestamente e o ponto negativo seria chega cansado em casa. Com o salário recebido comprava drogas (maconha), roupas, celulares. Julgava ser importante para manter a atividade laboral, possuir estudos e gostar do trabalho. P6 apresentou as seguintes práticas parentais maternas de risco no IEP (Gomide, 2006): monitoria positiva, comportamento moral, punição inconsistente, negligência e disciplina relaxada.

As práticas parentais paternas observadas no IEP (Gomide, 2006) apresentaram resultados de risco para monitoria positiva, punição inconsistente, negligência, monitoria negativa e abuso físico. Analisando uma dessas práticas, monitoria positiva, classificada como de risco para os genitores, essa monitoria seria o conjunto de práticas que envolvem atenção e conhecimento dos pais acerca de onde seu filho se encontra e das atividades desenvolvidas por ele bem como as demonstrações de afeto e carinho dos pais, principalmente relacionados aos momentos de maior necessidade da criança (Gomide, 2003). A família não acompanhou o desenvolvimento do adolescente, que relata ter passado por diversos acolhimentos juntamente com o irmão mais velho, atitudes de proteção dos pais são geradas pelos laços de afeto, ambiente de diálogo e acolhimento, sem tais práticas, P6 realizou uso de substâncias psicoativas (maconha), realizando atividades laborais para a compra da droga, bem como outros produtos que a família não fornecia.

P7 relatou possuir carteira de trabalho, realizando atividades laborais por 2 anos, em panificação, açougue e vendas. Contou que seria importante ter vontade de trabalhar e respeito com os demais para manter uma atividade. Com o salário recebido comprava roupas e parcelas de um carro juntamente com o irmão. O adolescente realizou curso profissionalizante (informática). Percebeu-se que quanto ao trabalho todas as atividades não requerem um nível maior de aprendizagem.

De 14 a 16 anos, o adolescente pode ter Carteira de Trabalho, porém, só poderá trabalhar na condição de aprendiz, experiência que deve ser devidamente registrada na carteira. Esse é o único tipo de registro de trabalho admitido nesse documento até os 16 anos. Em relação às práticas parentais foram classificados de risco: punição inconsistente, negligência e abuso físico. As práticas parentais paternas não foram analisadas, pois o adolescente desconhece seu genitor. Sabe-se que o adolescente conviveu cerca de um mês com a mãe, residiu algum tempo com os avós, ficou em situação de rua com o irmão, relatou passagem por diversos acolhimentos institucionais.

Segundo Ferreira (2001), o indivíduo busca na rua um ponto de fuga de alguma situação insuportável experimentada em casa. Os adolescentes que estão na rua desempenham, geralmente, atividades como cuidar e lavar carros, vender gêneros alimentícios e outros produtos, engraxar sapatos, mendigar, ou mesmo perambular pelas ruas, também utilizam o dinheiro para a compra de alimentos, de substâncias psicoativas, entre outros (Santana, Doninelli, Frosi & Koller, 2005). Tais situações foram observadas na pesquisa realizada.

O trabalho pode ter implicações positivas quando propicia aprendizagem, sendo revestido de significado, o que não acontecia com os adolescentes, que evadiram da escola para manter a rotina de trabalho, não recebendo supervisão da família quanto às atividades exercidas, bem como a brevidade das atividades realizadas, sem um maior engajamento e

incentivo por parte dos empregadores. Foi verificado em alguns relatos o que foi exposto por Sousa, Frozzi e Bardagi (2013) que a inflexibilidade dos horários do cotidiano dificultava e até mesmo os impedia de participar de outras atividades tão importantes para o desenvolvimento da sua identidade, como, por exemplo, atividades esportivas/ recreativas, cursos de aperfeiçoamento e o convívio com a família. A responsabilidade em desacordo com a idade do adolescente seria outro elemento negativo observado, refletindo falta de experiência no trabalho, excesso de tarefas e, especialmente, exigências psicossociais geradoras de estresse e incompatíveis com seu momento de desenvolvimento (Oliveira et al., 2005).

Dessa forma, em todos os participantes da pesquisa, não houve relatos de atividades ligadas à aprendizagem, o que seria interessante de ser analisado já que não acontecia na realidade analisada, pois tal possibilitaria a inserção profissional e a criação de uma rede de relações com o mundo do trabalho contribuindo para que houvesse uma reformulação de suas relações sociais. De acordo com Rizzo (2011) o adolescente trabalhador tem a oportunidade de conviver com iguais e aprender a ordenar suas formas de sociabilidade e suas representações, o que amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual.

Analizando os resultados de uma forma geral, os adolescentes indicaram a percepção sobre o trabalho como a forma de ter o sustento de forma honesta, a possibilidade de ajudar os outros e ter sua própria família, sendo por meio dos estudos que poderiam ter uma ocupação com salário superior. Essas informações estão de acordo com os estudos de Ramos e Menandro (2010) que encontraram a mudança de identidade em adolescentes que vivenciavam a primeira inserção laboral, pois o trabalho era visto de maneira positiva, na medida em que a aprendizagem possibilitada pela inserção profissional e a criação de uma rede de relações com o mundo do trabalho contribuiu para que houvesse uma reformulação

das relações sociais. É possível pensar o trabalho não somente como fonte de rendimentos, mas como meio de obter recompensa pelo esforço desprendido, desempenhando uma função que lhe proporcione momentos de lazer.

Os adolescentes que realizaram atividades laborais, e não possuíam carteira de trabalho devidamente assinada, além de não assegurados pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), para que possuir formação técnico-profissional, capacitação adequada ao mercado de trabalho e realizem atividades teóricas e práticas que estejam integradas, muitos ainda deixavam de frequentar a escola para realizar as atividades laborais. O trabalho tem muita influência para que um jovem deixe de frequentar a escola, pois muitas vezes cansados, não conseguem acompanhar as aulas, na maioria das vezes abandonando a escola para trabalhar. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef (2012), em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o trabalho infantil, o fracasso escolar, as desigualdades sociais e a baixa renda das famílias são fatores determinantes para a evasão escolar de crianças e adolescentes.

Porém há fatores positivos relacionados, de acordo com Rizzo (2011) o adolescente que trabalha tem a oportunidade de conviver com semelhante, desenvolvendo maneiras de socializar, ampliando experiências, amadurecendo psicológica e intelectualmente. Os dados resultantes da entrevista apontam que os participantes tendem cada vez mais a valorizar as dimensões extrínsecas do trabalho – dinheiro, poder, prestígio social – além de salientar a dimensão emocional mais negativa da atividade profissional, relacionando-a ao cansaço e ao estresse (Gonçalves & Coimbra, 2002).

Segundo Rizzo e Chamon (2011), a inserção na vida produtiva é um dos processos que marcam a transição para a vida adulta e o enfrentamento das responsabilidades adultas. Na análise dos dados dos participantes há uma relação com os estudos de Ramos e Menandro

(2010) onde foi percebida a mudança de identidade em adolescentes que vivenciavam a primeira inserção laboral, onde o trabalho foi visto de maneira positiva.

Segundo Sousa, Frozzi e Bardagi (2013) a experiência positiva como aprendiz pode propiciar uma ressignificação do significado do trabalho, aproximando-os de uma visão do trabalho como possibilidade de expressão pessoal da identidade, de compartilhamento de experiências e de contato social positivo. Dessa forma, uma experiência negativa de aprendizagem pode reforçar estereótipos negativos e o trabalho passa a ser percebido como sofrimento e sacrifício, sem retorno positivo exceto a sobrevivência, e favorecendo o distanciamento entre trabalho e estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protocolo composto por três instrumentos (Youth Self Report – YSR, Inventário de Autoavaliação para Jovens (Achenbach & Rescola, 2001), Inventário de Estilos Parentais IEP (Gomide, 2006) e Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein 2011) e uma entrevista semiestruturada sobre atividade laboral, teve o objetivo de avaliar as principais demandas presentes na situação de acolhimento institucional, no momento de recepção dos jovens para propor intervenções individualizadas durante o processo de abrigamento. Verificou-se que a utilização do protocolo pode ser útil para os técnicos proporcionando objetividade tanto nos procedimentos quanto nos resultados obtidos. Os resultados apontaram diferentes perfis de jovens, o que apontou a necessidade de intervenções diferenciadas para cada acolhido.

A ausência de um espaço físico adequado para o procedimento foi uma limitação para o estudo. Foram necessários esforços da pesquisadora para colocar-se a disposição frente alterações nas datas e horários da aplicação dos inventários e entrevista. Contudo, houve a disponibilidade da equipe (assistente social, psicóloga, educadores sociais e coordenador) para que tais atividades ocorressem nos dias previstos, fornecendo à pesquisadora documentos, espaço físico e outras possíveis solicitações fundamentais para a realização do trabalho.

Houve algumas dificuldades como a compreensão das perguntas realizadas, dessa forma a pesquisadora precisou ler todas as questões explicando detalhadamente, em algumas situações foi percebido a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas. Outra limitação seria o número pequeno de participantes, para uma análise dessa população de adolescentes em recepção no acolhimento institucional. Importante citar a realização de novos estudos que avaliassem a relação dos problemas de comportamento com características

individuais, como as características de personalidade. Uma questão importante a ser pontuada seria que toda resposta a um instrumento possui vieses oriundos da percepção daquele que fornece a informação. Nesse sentido, vale salientar que o melhor retrato da criança/adolescente é obtido com base em informações oriundas de diferentes fontes (pais, mães, professores, a própria criança etc.), tal protocolo aponta as informações trazidas pelos próprios adolescentes.

Nas análises dos inventários e entrevista, concluiu-se que os participantes foram expostos a fatores de risco, como violência, práticas parentais de risco ou negativas, ausência de apoio familiar e social. Sabe-se que o abuso e a negligência, variáveis recorrentes nos resultados analisados, causam efeitos profundamente negativos no curso de vida da criança. Observou-se que nos estilos parentais há variáveis vinculadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial, como a negligência, ou seja, ausência de atenção e afeto; o abuso físico e psicológico por meio de práticas corporais negativas, ameaças ou chantagem e humilhação; disciplina relaxada; punição inconsistente onde os pais se orientam pelo seu humor para punir ou reforçar e não pelo ato praticado e a monitoria negativa que há excesso de instruções.

Todas as práticas negativas estavam presentes nas relações parentais, sendo dessa forma fatores de risco para o surgimento de atos infracionais e comportamentos antissociais. A hostilidade e negligência parental contribuem para o engajamento de indivíduos com distúrbios de conduta e comportamentos antissociais, por outro lado, práticas efetivas, um bom funcionamento familiar, a existência de vínculo afetivo, o apoio e monitoramento parental são indicativos de fatores protetores que reduzem a probabilidade de adolescentes se envolverem em atos infracionais.

Nos estudos realizados, percebe-se que não houve na educação dos participantes práticas educativas positivas que segundo Gomide (2003) seria o uso adequado da atenção e distribuição de privilégios, o adequado estabelecimento de regras, o acompanhamento e supervisão das atividades escolares e de lazer, a distribuição contínua e segura de afeto e comportamento moral que implica no desenvolvimento da empatia, senso de justiça, trabalho, generosidade, responsabilidade e no conhecimento do certo e errado.

Segundo Kumpfer e Alvarado (2003), práticas parentais efetivas constituem-se uma das formas de se reduzir problemas de comportamentos de adolescentes. Esses possuem senso de eficácia e autocompetência, sendo socialmente mais perceptivos do que seus pares que não conseguem lidar com as adversidades, são capazes de despertar atenção positiva das outras pessoas, possuem habilidades de resolução de problemas, possuem a habilidade de solicitar ajuda de outras pessoas quando necessário e possuem a crença de que podem influenciar positivamente o seu ambiente (Werner, 1998).

Adolescentes com práticas parentais negativas podem desenvolver perfis psicopatológicos tanto de caráter internalizantes quanto externalizantes. As interações negativas entre pais e filhos constituem um importante meio para desenvolvimento da conduta antissocial, que inicialmente corresponde aos problemas externalizantes, variável presente nos relatos analisados, presenciar violência no ambiente doméstico possui relação com os níveis de problemas externalizantes/agressividade. Ou seja, os adolescentes, que nesse estudo relataram algum tipo de violência doméstica tiveram maiores índices de problemas de comportamento externalizantes/agressividade. Além dessas práticas, as habilidades sociais parentais, a comunicação materna, a participação paterna em atividades escolares, de lazer e culturais e o estabelecimento de limites, fatos analisados nos resultados foram também relacionados aos problemas externalizantes/agressividade.

Em relação ao desempenho escolar, que pode ser entendido como uma tentativa de avaliar o quanto um escolar consegue acompanhar os conteúdos propostos para a série a qual pertence, sendo avaliado por meio do TDE na busca de qualificar o desempenho dos escolares nas competências básicas da leitura, escrita e aritmética, na análise de todas as variáveis do desempenho escolar, percebeu-se que o baixo desempenho é caracterizado como notas ou tarefas, abaixo de um nível esperado para a idade, habilidade e potencial de um indivíduo, havendo uma discrepância entre a aptidão acadêmica e seu desempenho.

Observou-se nos resultados uma associação entre comportamentos externalizantes e habilidades acadêmicas pobres, pois o adolescente, não frequentando a escola, sofre violência de um direito negado, onde a restrição do aluno no convívio da escola pode gerar comportamentos com tendências a atitudes destrutivas e as agressões físicas, chegando à conclusão que na adolescência, o comportamento antissocial está claramente ligado a problemas acadêmicos. Sabe-se dessa forma que problemas de atenção em combinação com problemas de conduta estão associados tanto ao fracasso escolar quanto ao comportamento antissocial.

Quanto mais vulneráveis esses adolescentes, maiores são as dificuldades no âmbito escolar, resultando em evasão e inabilidade nas variáveis de leitura, escrita e aritmética. Dessa forma, esses adolescentes passam a ser inseridos em atividades laborais não condizentes com sua idade e sem conexão com a aprendizagem, o que dificulta traçar o perfil profissional. A inserção qualificada desses adolescentes em situação de risco social no mundo do trabalho proporciona o seu desenvolvimento.

Além disso, estratégias de prevenção, tanto primárias, na educação das famílias para a diminuição da violência contra a criança e ao adolescente, bem como estratégias de prevenção secundárias, como o auxílio às vítimas para a redução de danos como a baixa autoestima e problemas comportamentais externalizantes, podem ser desenvolvidas com mais ênfase a

partir de dados da pesquisa. Identificar o padrão comportamental dos estilos parentais em famílias de risco fornece excelentes subsídios para a elaboração de programas de orientação, treinamento e terapia de pais e/ou familiar.

Essas orientações ou treinamento poderão ser feitos em escolas, em nível preventivo (Marinho, 2001), ou junto às famílias de risco que estão vinculadas às Varas da Infância e da Juventude em caráter terapêutico. Propostas dessa natureza poderão auxiliar na implementação das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente ao privilegiarem a intervenção em ambiente aberto, ou seja, evitando-se o internamento e fornecendo recursos para os pais tão logo o adolescente apresente os primeiros comportamentos antissociais (Carvalho & Gomide, 2005).

Assim, ressalta-se a importância de políticas públicas e de intervenção direcionadas a essa população, como também o papel do apoio social, importante fator protetivo no processo do desenvolvimento humano. A família tem um papel importante na prevenção e na promoção do cuidado com adolescentes, mas a problemática não se reduz ao contexto familiar. O indivíduo, inserido numa rede de relações, vive no meio sociocultural e histórico. Mas a família tem um papel crucial: quando cuidadora, afetiva, amorosa e comunicativa, possui mais chances de promover condições de possibilidades para o desenvolvimento saudável dos filhos. Por isso, sendo necessários programas de orientação familiar, quanto questões comuns na adolescência, como a busca da identidade, o uso/abuso de drogas, sexualidade entre outros.

Importante ressaltar os resultados da maior proximidade do comportamento externalizante nos dois níveis (limítrofe e clínico) com a presença de violências vivenciadas na família, escola e comunidade. Torna-se necessário o questionamento em relação as crianças inseridas em contextos de violência que estariam mais próximas de manifestações

agressivas e transgressoras: se sofrer violência geraria tais comportamentos ou se crianças com comportamento externalizante estariam mais propensas à vitimização na família, escola e comunidade.

Seria importante avaliar as características relacionadas às atividades laborais e projetos de futuro dos participantes, observando a construção que esses adolescentes elaboram do fato de ter dinheiro para pagar suas despesas, representando a liberdade econômica e o acesso ao mercado de consumo. Importante trabalhar esse sentimento diferenciado por meio do qual o adolescente passa a se sentir mais útil, mais importante e mais valorizado, representando um ganho concreto do trabalho com o sentido de atribuir poder e *status* ao adolescente.

A partir dos resultados infere-se que a utilização do protocolo pode ser norteador para psicólogos que realizam avaliações em relação à situação de crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, sendo indicado o emprego desta modalidade de avaliação forense com um número mais expressivo de casos, aprimorando a análise, a discussão e a utilização dos dados. Esses achados reforçam a importância de estudos sobre violência e transtornos de saúde mental em crianças/adolescentes. Estudos longitudinais e pesquisas que considerem a natureza, a severidade e a cronicidade das experiências de violência são importantes nesse sentido. Diante disso, parecem ser necessários e urgentes estudos empíricos que investiguem as particularidades desse fenômeno no contexto cultural brasileiro.

A intervenção para o afastamento da criança e adolescente de seu convívio familiar revela a lógica da estrutura social, que impede as famílias de cuidarem de seus entes por falta de investimento significativo, capaz de proporcionar a essas famílias o apoio necessário para que possam superar suas vulnerabilidades e exercerem suas funções de cuidado, proteção e socialização de seus filhos (Furlan, 2014). Cabe, portanto, ao poder público estruturar as

políticas sociais básicas e assistência social, organizando a rede de apoio, levando em consideração o direito fundamental à convivência familiar, investindo permanentemente na família, como local mais apropriado para a criação e educação dos filhos. Essas ações, não são suficientes para acabar com todos os problemas da questão do acolhimento institucional, mas poderão demonstrar a possibilidade de transformar a realidade social dos menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

- Arpini, D. M. (2003). *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru, SP: Edusc
- Asbahr, F.R. (2004). Transtornos ansiosos na infância e na adolescência: aspectos clínicos e neurobiológicos. *Jornal de Pediatria*, vol. 80 n. 2, p. 28-34. Recuperado de doi:0021-7557/04/80-02.
- Achenbach, T. M. & Edelbrock, C. (1987). *The manual for the youth self-report and profile*. University of Vermont.
- Achenbach T.M & Rescorla L.A. (2001). *Manual for the ASEBA School-age forms & profiles*. Burlington: University of Vermont, Research Center for Children, Youth & Families; 2001.
- Achenbach T.M & Rescorla, L. A. (2004). *Mental health practitioners' guide for the Achenbach of Empirically Based Assessment* (4th ed.). Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.
- Almeida, M. E. G. G., & Pinho, L. V. (2008). Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. *Psicologia Clínica*, vol. 20 n. 2, p. 173-184. Recuperado de doi: [10.1590/S0103-56652008000200013](https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200013).
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2003). Práticas educativas maternas e a interação entre mães e crianças com problemas de externalização. *Aletheia*, vol. 17/18, p. 7-20. Recuperado de :<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013455002>
- Avanci, J. Q., Assis, S. G. & Oliveira, R. V. C. (2008). Sintomas depressivos na adolescência: estudo sobre fatores psicossociais em amostra de escolares de um município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 24, n. 10, p. 2334- 346. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001000014>

Azevedo, M.A.; Guerra, V.N. (1997). *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. Rede Cidadania. São Paulo: Cortez Editora.

Bolsoni-Silva, A. T; Marturano, E. M, Pereira, V. A; Manfrinato, J. W. S. (2006). Habilidades sociais e problemas de comportamento de pré-escolares: comparando avaliações de mães e de professoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica* v.19 n.3.

Bolsoni-Silva, A. T & Marturano, E. M. (2007). A qualidade da interação positiva e da consistência parental na sua relação com problemas de comportamento de pré-escolares. *Revista Interamericana de Psicologia*, vol. 41 n. 3, p. 349-358. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300010&lng=pt&nrm=iso

Bolsoni-Silva, A. T; Paiva, M. M & Barbosa, C. G (2009). Problemas de comportamento de crianças/ adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: Um estudo de caracterização. *Psicologia Clínica*, v. 21, n.1, p. 169–184. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000300015>

Borsa, J. C & Nunes, M. L. T. (2008). Concordância parental sobre problemas de comportamento infantil através do CBCL. *Paidéia*, v. 18, n. 40, p. 317-330. doi 10.1590/S0103-863X2008000200009.

Brasil. (2011). Conselho Nacional do Ministério Público. *Resolução 71*, de 15 de junho de 2011.

Brasil. Constituição Federal. *Lei nº 8.069*, de 13 de julho de 1990.

Brasil. (2000). *Lei n. 10.097*, de 19 de dezembro de 2000. Recuperado de <http://www.aprendizlegal.org.br/main.asp?Team={44BA8D38-9DCA-4C07-9F0BD0B0AD8710BA}> em 08 de novembro de 2015

Brasil. (2007) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Trabalho infantil: diretrizes para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos*. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2002). *Classificação brasileira de ocupações: CBO*. Brasília.

Brasil/INEP. Relatório Nacional PISA (2012). Resultados brasileiros. *Sinopse Estatística da Educação Básica*. Recuperado de <http://download.inep.gov.br/>.

Brasil. Projeto de Lei nº 7.672, de 16 de julho de 2010. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.

Brito, L. O; Ambiel, R. A. M; Pacanaro, S. V; Grisard, E.; Alves, G. A. S; Rabelo, I. S. & Leme, I. F. A. S. (2012). Relação das variáveis idade e escolaridade com desempenho escolar de estudantes de ensino fundamental. *Avaliação psicológica*, v.11 n.01.

Câmara, S.G. & Sarriera, J.C. (2001). Critérios de seleção para o trabalho de adolescentes-jovens: perspectiva dos empregadores. *Psicologia em Estudo*, vol. 6 n. 1, p. 77-84.

Carlos. D. M., Ferriani. M. G. C., Silva. M.A.I., Roque. E.M.S.T., & Vendruscolo. (2013). O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? *Revista Latino-Americana de Enfermagem* vol. 21 n. 2. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692013000200015>.

Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, vol. 22 n. 3, p. 263-275.

Cavalcante L. I. C., Magalhães, C. M. C & Pontes, F. A. R. (2007) Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, n.25, p.20-34. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942007000100003&lng=pt&tlng=pt.

Cecconello, A. M., Antoni, C., & Koller, S.H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. esp., p. 45-54. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07>.

Cia, F., Pamplin, R. C. O., & Williams, L. C. A. (2008). O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças escolares. *Psicologia em Estudo*, v.13 n.2, p. 251-260. Recuperado em 21 de agosto de 2015 de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a18v13n2.pdf>.

Campos, L. F. L. (2000). *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. Campinas, Alínea Chen, X., Dong, Q., & Zhou, H. (1997). Authoritative and authoritarian parenting practices and social and school performance in Chinese children. *International Journal of Behavioral Development*, v. 21 n. 4 p. 885-873.

Coplan, R. J., Findlay, L. C., & Nelson, L. J. (2004). Characteristisc of preschoolers with lower perceived competence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 32, 399-408.

D'Abreu, L. C. F., & Marturano, E. M. (2010). Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais. *Estudos de Psicologia*. vol. 15 n.1. Recuperado em 25 de setembro de 2015 doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100006

Diclemente, R.J.; Wingood, G.M., Crosby, R., Sionean, C., Cobb, B.K., Harrington, K., & Davies, S. (2001). Parental monitoring: association with adolescents risk behaviors. *Pediatrics*, v. 107, p. 1363-1368. Recuperado em 02 de outubro de 2015 de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11389258>

- Dodge, K. A., & Pettit, G. S. (2003). A biopsychosocial model of the development of chronic conduct problems in adolescence. *Developmental Psychology*, vol. 39, p. 349–371.
- Feldman, M. P. (1977). *Comportamento Criminoso: uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferreira M. C. T., & Marturano E.M. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: reflexão e crítica* v. 15 n.1 p. 33-44. Recuperado em 22 de maio de 2015 de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a05v15n1.pdf>
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a rua: Uma interpelação à psicanálise*. Belo Horizonte, MG: Autêntica/FUMEC.
- Fonseca. F.F., Sena. R. K. R., Santos. R. L. A., Dias., O. V., & Costa., S. M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*. v. 31, n.2. Recuperado em 02 de junho de 2015 de doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019.
- Forastieri V. (2002). *Children at work: health and safety risks*. Geneva: International Labour Office.
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. *Revista Paideia*, v.14 n.28.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*. v.7 n.1. Recuperado em 07 de julho de 2015 de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1028/745>
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em A. Del Prette & Z. Del Prette (Orgs.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. Editora Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes*. Petrópolis: Vozes.

- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2001). Efeito das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. In M.L. Marinho & V.E. Caballo (Orgs.). *Psicologia clínica e da saúde*. Londrina: UEL. Recuperado em 26 de junho de 2015 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712005000200008&lng=pt&tlang=pt.
- Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2002). *Significados construídos em torno da experiência profissional/trabalho*. Recuperado de www.psicologia. com.pt
- Gonçalves, R. A. (2010). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios. *Análise Psicológica* v.1 n. 28.
- Hess, A. R. B., & Falcke, D. (2013) Sintomas internalizantes na adolescência e as relações familiares: uma revisão sistemática da literatura. *Psico-USF*, v.18 n.2. Recuperado em 28 de julho de 2015 de doi: 10.1590/S1413-82712013000200010.
- Hinshaw, S. P. (1992). Externalizing behavior problems and academic underachievement in childhood and adolescence: causal relationships and underlying mechanisms. *Psychological Bulletin*, v. 111, p. 127-155.
- Huss, M. T. (2011). *Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações*. Porto Alegre: Artmed.
- Hutz, C. S., & Silva, D F M. (2002). Avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situação de risco. *Avaliação Psicológica*, 1 (1),73-79. Recuperado em 02 de setembro de 2015 de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_
- Hutz, C. S., & Bandeira, D. R. (2003). Avaliação psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. In Yamamoto, O. H & Gouveia, V. V. *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* p. 261-277. Casa do Psicólogo.

Jung, F. H. (2014). Avaliação Psicológica Pericial: Áreas e Instrumentos. *Revista Especialize On-line IPOG*. Edição Especial v. 1 n. 8

Kohlsdorfa, M., & Junior, Á. L. C. (2009). O autorrelato na pesquisa em psicologia da saúde. *Psicol. Argum.*, v. 27, n. 57, p. 131-139.

Kumpfer, K. L., & Alvarado, R. (2003). Family-strengthening approaches for the prevention of youth problems behaviors. *Psychological Association*, v. 58 n. 6-7, p. 457-465.

Lago, V. M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. R., & Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia* v.26 n.4 p. 483-491. Recuperado em 04 de fevereiro de 2016 de: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n4/09.pdf>

Lambert, E. W., Wahler, R. G., Andrade, A. R., & Bickman, L. (2001). Looking for the disorder in conduct disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, v.110 n.1 p. 110-123.

Levisky D. (2001). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção. Conhecendo, articulando, integrando e multiplicando*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lins, T., Alvarenga, P., Paixão, C., Almeida, E., & Costa, H. (2012). Problemas externalizantes e agressividade infantil: uma revisão de estudos brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. v. 64, n. 3. Recuperado em 06 de janeiro de 2016 de: <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/773>.

Loeber R., Green S.M., Lahev B.B., & Kalb L. (2000), Physical fighting in childhood as a later mental health risk. *Am Acad Child Adolesc Psychiatry* v. 39 p. 421-428. Recuperado de: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10761343>

Lópes, F. (2004). Problemas Afetivos e de Conduta na sala de aula. In Coll, C., Marchesi, A., Palacios, J. & colaboradores. *Desenvolvimento psicológico e educação – transtornos de*

desenvolvimento e necessidades educativas especiais v. 3 p.113-128. Editora ArtMed.Machado.

Maciel, S. K., & Cruz, R. M. (2009). Avaliação Psicológica em processos judiciais nos casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas. In: Rovinski, S. L. & Cruz, R. M. *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Votor

Marinho, M.L. (2001). Subsídios ao terapeuta para análise e tratamento de problemas de comportamento em crianças: quebrando mitos. In M.L. Marinho & V. Caballo (Orgs.). *Psicologia clínica e da saúde* pp.23-31.

McGee, R., Prior, M., Williams, S., Smart, D., & Sanson, A. (2002). The long-term significance of teacher-rated hyperactivity and reading ability in childhood: findings from two longitudinal studies. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v.43 p. 1004-1017. Recuperado em 22 de agosto de 2015 de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12455922>.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - *DSM-5*. (2014). Editora Artmed. 5^a edição.

Manual de Implementação do Programa Jovem Aprendiz (2012). *Vida profissional começando direito*. Resolução n. 76/2011. Conselho Nacional do Ministério Público.

Marinho M. L. (2003). Comportamento antissocial infantil: questões teóricas e de pesquisa. In: Del Prette A, Del Prette ZAP (orgs.). Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção. *Alínea*, p.61-81.

Martins I.S., Fischer F.M., Oliveira D.C., Teixeira L.R., Costa L.A., Marinho S.P., & Perestrelo J.P. (2002). Crescimento e trabalho de estudantes de ensino fundamental e médio em São Paulo, Brasil. *Rev Saúde Pública* v. 36, n. 1, p. 19-25 Recuperado em 04 de novembro de 2015 de doi: 10.1590/S0034-89102002000100004.

- Mattos, E., & Chaves, A. M. (2010). Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30 n. 3, p. 540-555
Recuperado em 04 de dezembro de 2015 de: 10.1590/S1414-98932010000300008.
- Marturano, E. M., Linhares, M. B. M., & Parreira, V. L. C. (1993). Problemas emocionais e comportamentais associados a dificuldades na aprendizagem escolar. *Medicina Ribeirão Preto*, v. 26, n. 2, p. 161-175.
- Masten, A. S., Roisman, G. I., Long, J. D., Burt, K. B., Obradovic, J., Riley, J. R., & Tellegen, A. (2005). Developmental cascades: linking academic achievement and externalizing and internalizing symptoms over 20 years. *Developmental Psychology*, v. 41, p. 733–746.
- Mazer, S. M; Bello, A. C. D., & Bazon, M. R. (2009). Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados. *Psicologia na Educação*. n.28.
Recuperado em 21 de outubro de 2015 de:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100002&lng=pt&tlang=pt.
- Medeiros, P. C.; Loureiro, S. R., Linhares, M. B. M. & Marturano, E. M. (2000). A Auto-Eficácia e os Aspectos Comportamentais de Crianças com Dificuldade de Aprendizagem. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 3. Recuperado em 10 de junho de 2015 de .doi.org/10.1590/S0102-79722000000300002
- Menegatti, C.L. (2002). *Estilos parentais e depressão infantil*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Milani, R. G., & Loureiro, S. R. (2009). Crianças em risco psicossocial associado à violência doméstica: o desempenho escolar e o autoconceito como condições de proteção. *Estudos de psicologia* v.14 n.3. Recuperado de 16 de agosto de 2015 doi.org/10.1590/S1413-294X2009000300002.

- Minayo, M. C. de S., & Souza, E. R. (1998). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde de Manguinhos*, vol. IV n. 3, p. 513-531
- Monteiro, N. R. O., Nascimento, J. O. G., Montesano, F. T., & Farias, M.A. (2013). Competência, problemas internalizantes e problemas externalizantes em quatro grupos de adolescentes. *Psicologia USF* v.18 n.3.
- Moraes, R., Camino, C., Costa, J.B., Camino, L., & Cruz, L. (2007). Socialização parental e valores: um estudo com adolescentes. *Psicologia Reflexão Crítica*, v.20 n.1 p. 167-177. Recuperado de 02 de outubro de 2015 doi: 10.1590/S0102-79722007000100021
- Moraes, R., M. M. S & Werlang (2008). Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e transtorno de conduta: aspectos familiares e escolares. *ConScientiae Saúde*. v.7 n.2 p. 207-216. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92970209>
- Moraes, N. A; Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Univ. Psychol. Bogotá*, Colombia v. 11 n. 3 p. 779-791.
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio. (2012). Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. vol.28 n.2. Recuperado em 02 de junho de 2015 de doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Amaral, M. A., Teixeira, M. C. T. V., & Sá, C. P. (2005). A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, v.18, p. 125-133 Recuperado em 04 de julho de 2015 doi: 0.1590/S0102-79722005000100017.
- Oliveira, P. C. S. (2011). “Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA. Recuperado de <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/>

- Olson, S. L., Bates, J. E., Sandy, J. M., & Lanthier, R. (2000). Early developmental precursors of externalizing behavior in middle childhood and adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v.28, p. 119-133.
- Ozer, E. J. (2005). The impact of violence on urban adolescents: longitudinal effects of perceived school connection and family support. *Journal of Adolescent Research*, v. 20 n. 2, p. 167-192. Recuperado em 08 de agosto de 2015 de <http://jar.sagepub.com/content/20/2/167.short>
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento antissocial na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18 n.1, p. 55-61.
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 2 n. 21, 187-195 Recuperado em 07 de junho de 2015 doi: 10.1590/S0102-37722005000200009.
- Pasian, M. S., Faleiros, J. M., Bazon, M. R., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando famílias*, v. 17 n. 2, p. 61-70. Recuperado em 22 de setembro de 2015. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X20130002000095&lng=pt&tlng=pt
- Patterson, G. R., Reid, J.B., & Dishion, T.J. (1992). *Antisocial boys*. New York: Castalia Publishing Company
- Patterson, G. R. (2002). *Antisocial boys: comportamento antissocial*. Santo André: Esetec.
- Pelisoli, C., Gava, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Psicologia jurídica e tomada de decisão em situações envolvendo abuso sexual infantil. *Psico USF*, v.16 n.3 Recuperado em 08 de maio de 2015 doi.org/10.1590/S1413-82712011000300009.

- Pesce, R. P. (2009). *Problemas de comportamento externalizantes na infância. A violência em foco.* Tese de doutorado.
- Pessalacia. J. D. R., Menezes. E. S., & Massuia. D., (2010). A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. *Revista Bioethikos* vol. 4 n. 4 p. 423-430. Recuperado de: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/80/Bioethikos_423-430_.pdf.
- Pimenta, A. A., Freitas, F. C. T., Marziale, M. H. P., & Robazzi, M. L. C. C. (2011). Repercussões do trabalho na saúde dos adolescentes trabalhadores. *Acta paul. enferm.* v.24 n.5. Recuperado em 02 de abril de 2015 doi.org/10.1590/S0103-21002011000500017
- Poletto. M., & Koller. S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia* vol. 25 n. 3, p. 405-416.
- Ramos, F. P., & Menandro, P. R. M. (2010). Inserção laboral: mudanças na identidade e nas relações sociais de adolescentes de classe popular. *Psico Porto Alegre*, v. 33 n. 22, p. 273-288. Recuperado em 12 de setembro de 2015 de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=397548&indexSearch=ID>
- Reis, E., Melo, P., Andrade, R., & Calapez, T. (1999). *Estatística Aplicada.* Lisboa: Edições Sílabo.
- Reijntjes, A., Kamphuis, J. H., Prinzie, P., & Telch, M. J. (2010). Peer victimization and internalizing problems in children: a meta-analysis of longitudinal studies. *Child Abuse & Neglect*, v. 34 n.4, p. 244–52. Recuperado em 28 de junho de 2015 doi:10.1016/j.chab.2009.07.009

Relatório da Infância e Juventude (2013) – Resolução nº 71/2011: *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

Ribeiro, A. D. (2013). *Caracterização de processos e perícias de avaliação psicológica forense de crianças e jovens vítimas de maus tratos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Porto.

Rizzini, I., Baptista, R., Naiff, L., & Rizzini, I. (2007). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília.

Rizzo, C. B. S., & Chamon, E. M. Q. (2011). O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 8 n. 3, p. 407-417. doi: [10.1590/S1981-77462010000300004](https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000300004).

Rocha, G.V.M. (2012). *Comportamento Antissocial: psicoterapia para adolescentes infratores de alto risco*. Curitiba. Editora: Juruá.

Rocha, G. V. M. Santos. W. S., & Serafim, A. P. (2016). *Avaliação Forense: Definição e Especificidades de uma Contribuição da Psicologia para o Direito*. In Gomide, P.I.C., & Júnior. S. S. S., Introdução à Psicologia Forense. Editora Juruá.

Rocha, M. M. (2012). *Evidências de validade do "Inventário para Adolescentes" (YSR/2001) para a população brasileira*. Tese de Doutorado, São Paulo.

Rosa, E. M., Santos, A. P., Melo, C. R. S., & Souza, M. R (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, v. 15 n. 3, p. 233-241.

Rosa, E. M., E. T. S. (2006). *A centralidade da família na política de assistência social*. I Congresso Internacional de Pedagogia Social.

Rubin, K. H., & Coplan, R. J. (2004). Paying Attention to and Not Neglecting Social Withdrawal and Social Isolation. *Merrill-Palmer Quarterly*, v. 50 n. 4, p. 506–534. doi:10.1353/mpq.2004.0036.

Rubin, K. H., Bukowski, W. M., & Parker, J. G. (2006). Peer interactions, relationships, and groups. In W. Damon, R. M. Lerner, & N. Eisenberg (Eds.), *Handbook of child psychology, v. 3. Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 571-645). New York: Wiley.

Sabbag, G. M., & Bolsoni-Silva, A. T. (2011). A relação das habilidades sociais educativas e das práticas educativas maternas com problemas de comportamento em adolescentes. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v.11 n.2 p. 423-441.

Sanson, A., Letcher, P., Smart, D., & Prior, M. (2008). Associations between early childhood temperament clusters and later psychosocial adjustment. *Merrill-Palmer Quarterly*, v. 55 n. 1, p. 26-54.

Santana, J.P.; Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2005) Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.18, n.1, pp.134-142. doi.org/10.1590/S0102-79722005000100018.

Sapienza, G., Aznar-Farias, M., & Silvares, E. F. M. (2009). Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. v.22 n.2. doi.org/10.1590/S0102-79722009000200006

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia e Sociedade* v.18, p. 71-80 doi: 10.1590/S0102-71822006000100010.

- Siqueira, A. C., Alves, C. F., & Leão, F. E. (2012). A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. *Psicologia: teoria e prática*, v. 14, n. 3, p. 62-71.
- Silva, L. R. F. (2011). Transtorno da conduta: uma oportunidade para a prevenção em saúde mental? *Interface (Botucatu)* v.15 n.36 Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832011000100013>
- Silva, M. D. F. D., Farias, M. A., Silvares, E. F. M., & Arantes, M. C. A (2008). Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não-infratores. *Psicologia em Estudo*, v.13 n.4 p. 791-798 doi:10.1590/S1413-73722008000400017
- Sousa, H., Fozzi, D., & Bardagi, M. P. (2013). Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. *Psicologia Ciência e Profissão*. v.33 n.4. doi: 10.1590/S1414-98932013000400011.
- Smith, C., & Strick, L. (2001). *Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores*. Porto Alegre; Artes Médicas.
- Stein, L. M. (2011). *TDE - Teste de Desempenho Escolar: manual para aplicação e interpretação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Teixeira, G. (2009). Transtorno Desafiador Opositivo. In: Teixeira G. (Org.). *O Reizinho da Casa*. Rio de Janeiro: Rubio, p. 09-17.
- Tonelotto, J. M. F., Fonseca, L. C., Tedrus, G. M. S. A., Martins, S. M. V., Gibert, M. A. P., Antunes, T. A., & Pensa, N. A. S. (2005). Avaliação do desempenho escolar e habilidades básicas de leitura em escolares do ensino fundamental. *Avaliação psicológica*, v.4 n. 1. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v4n1/v4n1a05.pdf>.
- Toumbourou, J. W., Williams, I., Letcher, P., Sanson, A., & Smart, D. (2011). Developmental trajectories of internalising behaviour in the prediction of adolescent depressive

symptoms. *Australian Journal of Psychology*, v. 63 n. 4, p. 214–223.

doi:10.1111/j.1742-9536.2011.00023.x.

Ximenes, L. F., Assis, S. G., Pires, T. O., & Avanci, J.Q. (2013) Violência comunitária e transtorno de estresse pós-traumático em crianças e adolescentes. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v.26 n.3 Recuperado de doi.org/10.1590/S0102-79722013000300003.

Wangby, M., Bergman, L., & Magnusson, D. (1999). Development of adjustment problems in girls: What syndromes emerge? *Child Development*, v. 70, p. 678-699. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10368915>.

Weber, L.N.D. (1998). *Laços de ternura: pesquisa e histórias de adoção*. Editora Santa Mônica.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevista Semiestruturada sobre atividades laborais para adolescentes em situação de risco.

Este roteiro de entrevista tem o objetivo de fornecer diretrizes de perguntas para uma entrevista base para ser realizada com adolescentes em situação de risco, podendo ser elaborados questionamentos após a realização das perguntas elencadas no roteiro, tais questionamentos deverão ser úteis para a análise do caso em questão.

Nome do adolescente:

Idade:

01. Possui carteira de trabalho?
02. Participou de algum curso profissionalizante? Qual?
03. Exerceu alguma atividade laboral? Qual?
04. Quanto tempo exerceu a atividade?
05. Qual o motivo da saída do último trabalho?
06. Enumere algo desagradável que ocorreu no último trabalho.
07. O que você vê de positivo em trabalhar? E de negativo?
08. O que mudou quando você trabalhou?
09. Quais habilidades julga importante para a escolha de um trabalho?
10. Quanto recebeu pelo trabalho que exerceu? Como utilizava o salário?
11. O que você pensa sobre “trabalhar”?
12. Como você se vê no futuro?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ MESTRADO EM PSICOLOGIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA FORENSE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Situação de Risco. Nesta pesquisa pretendemos elaborar um protocolo de avaliação forense para um grupo de adolescentes no momento do acolhimento institucional, a fim de proporcionar o encaminhamento para intervenções personalizadas.

Para esta pesquisa usaremos os seguintes instrumentos: Youth Self Report (YSR) (Achenbach 1991) da bateria ASEBA; o Inventário de Estilos Parentais (IEP, Gomide 2006); Teste de Desempenho Escolar – TDE (Stein, 2011)e a entrevista semiestruturada sobre atividade laboral Todos os instrumentos serão aplicados com os adolescentes.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem garantido acompanhamento psicológico na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Você será esclarecido em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora que respeitará sua identidade com sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. A pesquisa contribuirá para um acompanhamento individualizado levando em consideração suas potencialidades. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do seu responsável. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com as pesquisadoras responsáveis por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, fui informado dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Curitiba, ____ de _____ de 20____

Assinatura do menor

Assinatura da pesquisadora



Curitiba, 10 de outubro de 2014.

Senhor Gestor

Assunto: Elaboração do Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Acolhimento Institucional.

Vimos por meio desta solicitar permissão para realizar a pesquisa de mestrado intitulada: “Protocolo para Avaliação Forense de Adolescentes em Acolhimento Institucional” que tem como objetivo elaborar um protocolo de avaliação forense para um grupo de adolescentes no momento da recepção do acolhimento institucional, a fim de proporcionar o encaminhamento para intervenções personalizadas.

O responsável pela pesquisa é a aluna do mestrado em psicologia forense da Universidade Tuiuti do Paraná (CRP20463-08), telefone (41) 97145169 e sua orientadora Prof. Dra. Giovana Munhoz da Rocha (CRP 6848-08).

Para realização da pesquisa serão necessários encontros semanais com adolescentes em situação de acolhimento institucional. Esse procedimento deverá durar em torno de 80 horas.

Os resultados obtidos comporão os relatórios apresentados ao senhor de acordo com os procedimentos padrão de cada caso avaliado. Após a conclusão de toda a pesquisa, com todos os dados analisados de forma individualizada, conforme o objetivo descrito, comprometemos a informar a Instituição os resultados obtidos e total sigilo no que se refere a manter em anonimato os nomes e as identidades dos participantes, sendo que apenas os dados e resultados obtidos, poderão ser divulgados em publicação acadêmico-científica.

Agradecemos sua valiosa colaboração, sem a qual não seria possível a realização dessa pesquisa.

Giovana Munhoz da Rocha

Synara Sepúlveda Sales

APENDICE D

Participant e	IEP	YSR	TDE	ATIVIDADE LABORAL	CONCLUSÃO
P1	Comportamento moral e monitoria positiva de risco.	Ansiedade, retraimento/depressão, problemas de internalização, estresse pós-traumático e problemas totais.	Inferior para escrita, aritmética e leitura.	Não possui carteira de trabalho, não exerceu atividades laborais, não realizou cursos profissionalizantes. Aspecto positivo sustento da família, não possuindo nenhum interesse na realização de qualquer atividade.	Problemas internalizantes poderá influenciar na rejeição ou vitimização por pares, apresentar déficits no desempenho acadêmico e de desenvolver depressão ou transtornos de ansiedade. Crianças socialmente retraídas têm mais chances de experimentarem, de forma recorrente, dificuldades nas interações e nas relações sociais com seus pares.
P2	Comportamento moral, punição inconsistente, negligência e monitoria negativa.	Competência Social, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Externalizadores, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno de	Inferior para escrita, médio para aritmética e superior para leitura.	Não possui carteira de trabalho, realizava curso profissionalizante na instituição e atividade laboral na venda	Crianças com TDAH apresentam uma probabilidade para desenvolver transtorno da conduta na adolescência.

		Conduta		frutas. Estudos e responsabilidade seriam habilidades fundamentais para manter uma atividade laboral.	Viver em um ambiente com carência de afeto, pode prejudicar o outro sem remorsos, e o impacto da negligência no desenvolvimento infantil pode gerar crianças passivas e com déficits comportamentais.
P3	Monitoria positiva, comportamento moral, disciplina relaxada.	Normal	Inferior para escrita, aritmética e leitura.	Não possui carteira de trabalho, nunca realizou nenhuma atividade laboral, percebe o trabalho como oportunidade de comprar bens (celular e roupas).	Há questionamentos sobre P3 não possuir conhecimento sobre o próprio comportamento, pois tal depende da auto-observação.
P4	Monitoria positiva, disciplina relaxada e monitoria negativa	Retraimento/depressão, Problemas de Socialização, Comportamento de Quebrar Regras, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores, Problemas Totais e Transtorno de Conduta	Inferior para escrita, aritmética e leitura.	Não possuir carteira de trabalho, realizou atividades como pintor, porém sentia-se desmotivado, recebia a quantia de 100 reais, que gastava com drogas, roupas e ajudava a	O uso de substância pode aumentar o índice de abandono escolar e o rompimento de laços sociais, como a ruptura de meios de suporte e vínculos familiares,

				mãe.	influenciando o desenvolvimento de atos infracionais.
P5	Monitoria positiva, punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada e abuso físico.	Comportamento de Quebrar Regras e Problemas Externalizadores.	Inferior para escrita, aritmética e leitura	Não possui carteira de trabalho, realizou atividades laborais com materiais reciclados, vendeu lanches e trabalhou no campo, não depender financeiramente, precisa respeitar os demais e fazer as atividades de forma correta	Os problemas externalizantes podem ser preditores da depressão e relacionados à percepção negativa da autoestima.
P6	Monitoria positiva, comportamento moral, punição inconsistente, negligência e disciplina relaxada.	Comportamento de Quebrar Regras e Problemas de Externalização	Inferior para escrita, aritmética e leitura	Possui carteira de trabalho, fez curso profissionalizante, trabalhou 1 ano em um restaurante. Forma de ganhar dinheiro honestamente e chega cansado em casa. Com o salário recebido comprava drogas (maconha), roupas, celulares.	Marinho (2003) indica que crianças com comportamentos externalizantes apresentam grandes chances de se tornarem adultos agressivos e antissociais. A família não acompanhou o desenvolvimento do adolescente, que relata ter passado por

					diversos acolhimentos juntamente com o irmão mais velho. Uso de drogas.
P7	Punição inconsistente, negligência e abuso físico.	Ansiedade/depressão, Problemas Internalizadores, Problemas Externalizadores, Transtorno de Estresse Pós Traumático	Inferior para escrita, aritmética e superior para leitura.	Possui carteira de trabalho, realizando atividades laborais por 2 anos, em panificação, açougue e vendas. Importante ter vontade de trabalhar e respeito com os demais para manter uma atividade.	Na infância e adolescência a exposição à violência, surge em conjunto com outras vulnerabilidades psicossociais, deixando a criança e o adolescente mais vulnerável para lidar com situações estressantes